

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS

**AS REGIÕES GUERRILHEIRAS COLOMBIANAS E SUA RELAÇÃO COM A
ECONOMIA E POLÍTICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

DANIEL SIMÕES OLIVEIRA

CAMPINAS 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA

BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Oliveira, Daniel Simões

OL42t Território e poder : as regiões guerrilheiras colombianas e sua relação com a economia e política no mundo contemporâneo / Daniel Simões Oliveira. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

**Orientador: Reginaldo Carmello Correa de Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Relações internacionais. 2. Poder (Ciências sociais).
3. Drogas – Comércio – Colômbia. 4. Guerrilhas – Colômbia.
5. Petróleo – Colômbia – Aspectos econômicos. 6. Petróleo
Colômbia - Aspectos políticos. 7. Colômbia – Política e governo.
I. Moraes, Reginaldo C. Correa de (Reginaldo Carmello Correa
de), 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Territory and power : the columbian guerrila regions and
its relation with the economy and politics in the contemporary world**

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Foreign relations
Power (Social sciences)
Drug trade – Colombia
Guerrillas – Colombia
Petroleum – Economic aspects
Petroleum – Political aspects
Colombia – Politics and government**

Área de concentração: Política Externa

Titulação: Mestre em Relações Internacionais

**Banca examinadora: Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser
Profª Drª Rosana Baeninger**

Data da defesa: 20/08/2007

Programa de Pós-Graduação: San Tiago Dantas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS
Mestrado em Relações Internacionais

**AS REGIÕES GUERRILHEIRAS COLOMBIANAS E SUA RELAÇÃO COM A
ECONOMIA E POLÍTICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

DANIEL SIMÕES OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Relações Internacionais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da UNICAMP através do Programa San
Tiago Dantas como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre sob a
orientação do Prof. Dr. Reginaldo Carmello
Correa de Moraes

CAMPINAS 2007

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	15
Por que Região?	21
O Complexo Tabuleiro Colombiano	26
CAPÍTULO 2 – A REGIÃO COCALEIRA	29
O Espaço Cocaleiro	29
Dinâmica Regional, Coca e Cocaína	30
Surgimento e Expansão da Narcoeconomia	33
Região, Capitalismo e Narcotráfico	39
Movimentos Guerrilheiros e Poder	40
Os Estados Unidos e a Região	46
CAPÍTULO 3 – A REGIÃO PETROLÍFERA	51
Dinâmica Regional e Petróleo	53
Configuração Territorial da Economia do Petróleo	58
Guerrilhas e Poder Regional	59
Paramilitarismo, Interesses Privados e Imperialismo	66
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES	71
Regiões: Ordem Global, Desordem local	72
Muitos objetivos, um só inimigo	83
Regiões Colombianas, Império e Imperialismo	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	95
Mapa Político da Colômbia	95
Mapa 1 – Departamentos Colombianos	96
Mapa 2 – Malha Rodoviária	97
Mapa 3 – A Região Cocaleira	98
Mapa 4 – A Região Petrolífera	99
Quadro 1 – Principais agentes e Respectivas Finalidades	100

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo aprofundar o conhecimento acerca dos sentidos da atual ordem mundial vigente a partir do estudo da dinâmica conflituosa observada no território colombiano. Nesse sentido, toma como objeto central de sua reflexão a constituição de duas importantes regiões no interior do país, cujos contornos se definem pela presença de atividades econômicas de grande porte mediadas pelos movimentos guerrilheiros que, através do controle da circulação espacial nos espaços em questão, passam a impor uma organização peculiar e funcional aos interesses desses movimentos armados. As duas Regiões em questão, a Cocaleira e a Petrolífera, serão tomadas destarte em suas particularidades internas, para que posteriormente seja pensado o significado destes espaços na lógica do capitalismo contemporâneo, expandido ao nível global.

ABSTRACT

The objective of the present work is to deepen the knowledge concerning the directions of the current effective world-wide order from the study of the conflicting dynamics observed in the Columbian territory. In this direction, it takes as central object of its reflection the constitution of two important regions in the interior of the country, whose contours are defined by the presence of great economic activities mediated by the guerrilla movements that, through the control of the space circulation in these regions, impose a peculiar and functional organization to the interests of these armed movements. The two Regions in question, the Petroliferous and the Coke one, will be taken in its internal particularities so that later the meaning of these spaces in the contemporary capitalism logic, expanded to the global level, can be thought.

INTRODUÇÃO

“FARC-EP, 38 Anos, desde Marquetália até a vitória!”, dizia a mensagem no site oficial do principal movimento de guerrilha da Colômbia, por ocasião de meu primeiro acesso. A surpresa em encontrar um site oficial dessa organização armada, através do qual podiam ser vinculadas notícias, comunicados e análises conjunturais sob o ponto de vista da insurgência, só não foi maior que o espanto causado pela descoberta do enorme tempo de existência dessas guerrilhas. A magnitude da surpresa em mim causada explica-se pelo fato de haver me interessado em estudar os movimentos de guerrilha latino-americanos em uma monografia de conclusão de curso. Há algum tempo já me intrigavam as freqüentes notícias sobre a atuação das FARC em território colombiano, principalmente quando a descrição dessas guerrilhas vinha acompanhada de designações responsáveis por reduzi-las ao mero papel de grupos narcotraficantes ou terroristas. Parecia-me, de início, bastante questionável a forma como as grandes agências de notícia vinculavam as guerrilhas ao narcotráfico, ao ponto de defini-las, muitas vezes, como “narcoguerrilhas”. A expressão surgia carregada de interesses em criminalizar o movimento armado, de forma a talvez justificar sua repressão violenta. Ainda no início de minhas pesquisas, imaginava eu que as guerrilhas fossem fenômenos recentes, capazes de comprovar a fragilidade do equilíbrio político estabelecido no pós-guerra fria e de derrubar a percepção de uma nova ordem mundial assentada na substituição dos conflitos militares pelos embates econômicos entre blocos econômicos, países ou empresas. Daí decorre o espanto em constatar que, a despeito de sua crescente importância no cenário político colombiano, as FARC-EP encontravam sua origem num passado distante, e que deveria ser estudado se realmente quiséssemos entender os objetivos e estratégias utilizadas por esse movimento.

Um dos primeiros materiais de pesquisa que, por obra do acaso, caiu em minhas mãos, foi um mapa de localização das principais áreas de atuação das guerrilhas, produzido pela universidade nacional da Colômbia. O mapa trazia não só os principais espaços de atuação das FARC-EP, mas também a distribuição de uma segunda guerrilha, o exército de libertação nacional, ou

ELN. A leitura desse mapa fez despertar o sentido de minha formação original (Geógrafo) e pensei, de início, num trabalho de monografia que buscasse decifrar as principais determinantes da distribuição das guerrilhas no território colombiano.

Assumi, como pressuposto inicial, a idéia simplista de que a guerrilha correspondia a uma manifestação direta do descontentamento das classes exploradas. Acreditei que seria possível encontrar uma coincidência entre exclusão social e presença das guerrilhas. Nesse sentido, debrucei-me sobre a comparação de diversos mapas em que buscava relacionar indicadores sociais como analfabetismo, mortes violentas ou baixa escolaridade à presença das guerrilhas. Embora em alguns casos essa coincidência fosse evidente, não foi possível adotá-la como via de regra, uma vez que eram inúmeras as exceções a esta percepção. Abandonei, por hora, a associação simplista entre pobreza e insurgência guerrilheira e, ao levantar dados referentes às atividades econômicas praticadas em território colombiano, pude constatar que, muito mais importante de que as carências sociais na orientação da localização guerrilheira, a presença de recursos, em particular os cultivos de coca e as reservas de petróleo, eram o verdadeiro determinante fundamental da localização guerrilheira. Essa constatação, conclusão preliminar da monografia, foi responsável pela abertura em que viria a se inserir o tema da presente pesquisa.

Foi a partir da constatação da associação íntima entre guerrilhas e presença de recursos que pudemos propor o presente trabalho, que teve por objetivo delimitar e caracterizar o funcionamento de dois espaços definidos pela coincidência entre a presença das guerrilhas e dos respectivos recursos. A Coca, situada na porção sudeste e o Petróleo na região nordeste apresentaram-se como espaços amplamente influenciados pelas limitações políticas das guerrilhas, que através do enorme poder sobre os territórios em questão, podiam impor certos padrões organizacionais a essas atividades e delas extrair os recursos necessários para seu próprio sustento. Essa situação em que os recursos de uma determinada parcela do espaço nacional encontram-se sujeitos às mediações dos grupos guerrilheiros nos autorizaria o emprego do termo “Região”, como será discutido no capítulo primeiro.

A compreensão das características referentes ao funcionamento interno das regiões em questão passou a ocupar o papel central no presente trabalho, não na medida em que nos interessasse em si, mas principalmente na medida em que essas regiões encontram seu sentido na profunda inserção a que estão sujeitas na economia mundial. Tanto o Petróleo quanto a Coca aparecem aqui como produtos responsáveis por movimentar enormes somas, de forma a se constituírem em elos fundamentais de uma econômica capitalista interligada em escala mundial. Nesse sentido, o objetivo parcial de compreensão da dinâmica interna das regiões, encontra seu verdadeiro significado quando relacionado ao objetivo maior, compreender o papel desses espaços peculiares na totalidade conformada pela economia global.

Muitos argumentos podem ser mobilizados em favor da importância da temática proposta. Em primeiro lugar, deve-se observar a necessidade de conhecimento acerca dos movimentos guerrilheiros colombianos de forma a esclarecer os caminhos históricos que o levaram à manutenção de sua existência, ao passo que a maioria dos movimentos similares na América Latina, percorreu o caminho inverso (que resultou geralmente em extinção). Desvendar as condutas políticas e estratégicas adotadas torna-se então, tarefa crucial, principalmente na medida em que muito do sucesso experimentado pelos movimentos armados colombianos deve-se à forma como estes se apropriaram da infra-estrutura produtiva e de circulação dos recursos em questão. Essa espécie de “parasitismo” exercido pelos guerrilheiros sobre os recursos tornou-se a fonte de entrada de importantes recursos, capazes de proporcionar a expansão quantitativa e qualitativa dos movimentos armados, principalmente durante a década de 90. A própria influência e o enorme poder de regulação exercidos pelos movimentos armados sobre a economia dos recursos são elementos que despertam a atenção para a temática em questão, na medida em que constituem configurações políticas e econômicas bastante peculiares e distintas da maioria das situações até então descritas pela literatura preocupada com tema.

Ganha ainda maior relevância o estudo das regiões em questão, quando atentamos para o importante papel desempenhado pelos recursos colombianos na economia nacional e mundial. O Petróleo colombiano é um dos principais itens da pauta de exportações nacionais e seu destino preferencial tem sido o

mercado dos Estados Unidos, principalmente com a exacerbação dos conflitos no Oriente Médio. Já no que diz respeito à Coca, o país ocupa papel de destaque ainda maior, na medida em que fornece grande parte das folhas de coca e da própria cocaína consumida no mundo.

Outra importante motivação para o estudo do cenário das regiões colombianas deve-se ao fato de que estas, pela forma em que se inserem na economia global, implicam uma série de interesses que transcendem as fronteiras nacionais. Em primeiro lugar, as guerrilhas por si só, representam um tema de interesse dos países que fazem fronteira com a Colômbia, principalmente Brasil, Equador, Peru e Venezuela, uma vez que os conflitos e as práticas associadas ao narconegócio tendem a não respeitar as fronteiras nacionais. Além da preocupação dos países vizinhos ao território colombiano, a crescente intervenção da maior potência do mundo contemporâneo dá a questão área de assunto de interesse internacional. Mais ainda quando as guerrilhas colombianas são enquadradas pelo departamento de Estado americano como “terroristas”, passando a figurar na lista dos movimentos combatidos pelo governo americano.

A realização da pesquisa deu-se com base em fontes de natureza bastante diversa. Em termos de livros, são bastante escassos os volumes que tratem sobre a temática da guerrilha colombiana, ao menos no Brasil. Temos basicamente três títulos dedicados à questão do conflito colombiano e à história das guerrilhas. A maior parte dos livros que viriam a ser incorporados em nosso trabalho estava, de fato, ligada ao campo teórico. São livros sobre a teoria dos movimentos armados, ou sobre a natureza e significado dos conflitos armados e insurreições em geral. Também foram incorporados livros que refletiam sobre a atual disposição política e econômica do mundo, pensando e situando as guerrilhas no contexto presente e discutindo o papel das regiões nas dinâmicas de um mundo globalizado. Adotamos, nesse ponto da pesquisa, uma abordagem transdisciplinar responsável pela incorporação de aspectos teóricos advindos de campos distintos como as Relações Internacionais, Ciência Política e Geografia Política, de forma a construir uma abordagem teórica peculiar acerca do sentido dos movimentos armados e de seu poder de estruturação das regiões em questão.

A parte prática propriamente dita da pesquisa ficaria por conta da leitura de publicações colombianas e mexicanas versando sobre a questão das guerrilhas colombianas em particular. São periódicos como a revista “Análisis Político” da Universidade Nacional da Colômbia ou a revista “América Latina Hoy” da Universidade Nacional do México cujos artigos versam sobre os mais distintos temas de interesse de nossa pesquisa. Guerrilhas, Recursos, Paramilitarismo, Narcotráfico e Plano Colômbia são alguns dos principais assuntos abordados em nosso trabalho cuja origem remonta às tais publicações.

Outro conjunto de informações bastante relevantes para o trabalho advém de mapas, o principal deles, responsável por localizar as guerrilhas no território colombiano. Além disso, foram incorporados mapas do projeto SIMCI de mapeamento por satélite dos cultivos de Coca e Papoula e os mapas da infra-estrutura petrolífera, obtidos a duras penas junto à ECOPETROL (Empresa colombiana de Petróleo). Essas informações nos permitiram a construção de mapas de sobreposição em que as guerrilhas aparecem de forma simultânea com as infra-estruturas econômicas. São mapas de grande valor para o conjunto de nossa pesquisa, uma vez que fornecem coerência empírica à argumentação teórica desenvolvida nos capítulos destinados ao estudo da Região da Coca e da Região do Petróleo.

A Divisão do texto obedeceu a um esquema bastante simples. Num primeiro Capítulo foram tratados os principais pressupostos teórico-metodológicos componentes da pesquisa. O conceito de região e seu respectivo significado na dinâmica global, a caracterização do sistema mundializado concretizado por conta de um capitalismo expandido em área de abrangência e o significado das regiões no mundo contemporâneo foram alguns dos aspectos aqui apresentados de forma preferencialmente teórica. Foi nesse capítulo em que foram explicitadas as principais ferramentas teóricas que balizaram e nortearam a análise.

A concretude da pesquisa viria nos capítulos 2 e 3, nos quais as regiões passariam a ser tratadas em sua peculiaridade. Região Cocaleira e Região Petrolífera foram aqui, respectivamente, delimitadas e justificadas em termos características econômicas e políticas. Foram descritas suas configurações em termos concretos, como a distribuição das redes ao longo de seus territórios e

os arranjos peculiares de poder daí decorrentes. Também foram descritas as formas truculentas através das quais se estabelecem as relações entre os grandes agentes econômicos e os movimentos guerrilheiros, muito mais próximas da metáfora naturalista do “parasitismo” do que da “simbiose”.

Finalmente, o capítulo 4, teve caráter conclusivo e ambiciosa tarefa-síntese de relacionar as características gerais das regiões em questão apresentadas nos capítulos 2 e 3 aos pressupostos teóricos descritos no capítulo inicial. Também neste capítulo foram apresentados os mapas que se constituíram em importantes elementos conclusivos, principalmente na medida em que puderam relacionar as informações anteriormente apresentadas. Finalmente, lançamos mão de uma reflexão acerca do papel desempenhado pelas regiões no mundo contemporâneo, relacionando suas dinâmicas à economia e à política global.

Esperamos assim, contribuir para uma melhor compreensão acerca de um tema tão difundido nos grandes meios de informação, mas muito pouco explorado em sua profundidade. Dessa forma, apresentar o conflito colombiano, para além das perspectivas enviesadas e comprometidas com os interesses das potências Imperialistas dos grandes capitalistas foi uma meta constante em nossos trabalhos. Acreditamos também poder revelar, pelo menos em partes, a importância e o valor da luta de mulheres e homens que sacrificam suas vidas de forma consciente ou não, em busca da construção de um futuro melhor.

1- PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O esforço de compreensão das principais características das regiões colombianas e a relação que estas estabelecem com os fenômenos de âmbito mundial passa, necessariamente, pela tarefa de seleção e adequação do instrumental metodológico empregado na análise. O fenômeno da regionalização colombiana, processo a partir do qual se originam as Regiões a que nos propusemos tratar, será tomado no presente capítulo em seu aspecto genérico, ou seja, na medida em que se manifesta como fenômeno coerente com uma lógica maior e exterior à sociedade nacional, para posteriormente ser tomado em sua particularidade, no capítulo seguinte, onde serão tratadas as duas regiões separadamente.

A primeira grande consideração de cunho teórico e que deve necessariamente ser feita no sentido de compreender a dinâmica das regiões colombianas, caminha no sentido da identificação das principais mudanças ocorridas na organização política e econômica do planeta nas décadas mais recentes do século XX. A conjuntura em que se originam as guerrilhas referidas neste estudo nos remete ao contexto da Guerra Fria e da Bipolarização do mundo em torno das grandes potências vitoriosas da segunda grande guerra. É no contexto da Guerra Fria que o avanço das forças populares e dos partidos comunistas conhecem elevado grau de maturação, vindo a resultar na eclosão de diversos movimentos armados na América Latina, e de uma série de medidas “contra-revolucionárias”, como ditaduras militares e o aumento da repressão e da criminalização das revoltas populares. Embora esse cenário corresponda a uma conjuntura capaz de impulsionar o surgimento de tais movimentos armados, somente as mudanças ocorridas na organização política e econômica do mundo são realmente capazes de explicar o atual sentido adquirido pelos movimentos armados.

Embora o período da história conhecido como “Guerra Fria” estivesse marcado por uma constante ameaça de uma guerra nuclear generalizada, sua realidade se concretizou muito mais na forma de estabilidade do que de conflitos, haja visto que o alinhamento quase que necessário das nações e movimentos armados com um dos dois blocos de poder acabava por minar a

emergência de muitos outros conflitos, caracterizando aquilo que convencionou-se chamar de “Estratégia da Dissuasão” (SAINT-PIERRE, 2000, p.21). Dessa forma, apesar do fenômeno das guerrilhas em território colombiano já causar considerável apreensão no governo colombiano e mesmo no governo dos Estados Unidos (ambos identificavam esses movimentos como focos de subversão passíveis de ser erradicados do mapa), seu combate não deve ser associado à possibilidade de tomada do poder em um horizonte temporal próximo. O nascimento dos movimentos guerrilheiros se deu como um fenômeno periférico em relação à vida política mundial e mesmo nacional, na medida em que estas guerrilhas se apresentavam pouco numerosas e carentes de armas e suprimentos, situação que as tornava, desde sua origem, subordinadas a uma postura voltada para sua própria defesa, amplamente apoiada numa estratégia de grande flexibilidade e no caráter “móvel” de sua tática. São, por tal motivo, constituídas como guerrilhas “nômades”, incapazes de ameaçar efetivamente o aparato repressivo do Estado ou de defender e consolidar sua influência em qualquer porção significativa do espaço. Mesmo o combate a essas guerrilhas, emana, em grande parte, muito mais do alinhamento de sucessivos governos colombianos à chamada “Doutrina de Segurança Nacional” estado-unidense do que a um temor concreto de que pudessem levar a cabo seu projeto de tomada do poder em nível Nacional. Apesar da persistência das guerrilhas e da resistência às constantes ofensivas militares, a situação de penúria material e mesmo política em que se encontravam os movimentos armados impedia-lhes qualquer ambição maior do que a simples sobrevivência.

Essa realidade permanece relativamente estática, pelo menos em termos, durante as décadas de 60, 70 e grande parte da década de 80, onde as guerrilhas se firmam como forças móveis empenhadas em golpes esporádicos e dependentes de uma estratégia voltada para defesa. Ainda que o objetivo final de tomada do poder tenha sido sempre mantido, não havia mobilização política suficiente, nem condições militares suficientes para que essas guerrilhas ascendessem ao poder e levassem a cabo uma revolução ou golpe de Estado. Não se trata aqui, em momento algum, de dizer que essas guerrilhas não ameaçassem a ordem estatal vigente, mas sim que não dispunham, no momento em questão, de condições efetivas para tomar o

poder, ou mesmo para constituir áreas de influência consolidadas em algum rincão do país.

Na segunda metade da década de 80, entretanto, essa realidade começaria a mudar, com a constituição de uma nova Ordenação Geopolítica do Mundo. A crise e a subsequente queda da União Soviética marcam a falência da ordem bipolar que passa a ser substituída por uma ordem mundial fundamentada na primazia dos mecanismos de funcionamento e valores capitalistas. O Capitalismo, “vencedor” da “Guerra Fria” e ainda vigente no mundo contemporâneo, conserva muitos elementos de suas origens, mas se manifesta de forma muito mais complexa e abrangente do que houvera feito em seus momentos anteriores. O Capitalismo “atual” é marcado por uma enorme escala de funcionamento, como jamais antes se vira na história. Muitos argumentam em favor da tese de que os elementos constituintes do capitalismo contemporâneo conservam os fundamentos do capitalismo descrito por Karl Marx, e principalmente, os princípios do Imperialismo descrito em Lênin. Sem que entremos no presente momento nessa discussão, há um relativo consenso em torno das mudanças fenomênicas experimentadas pelo modo-de-produção do Capital com os profundos avanços nas forças produtivas nas últimas décadas do século XX. Aquilo que alguns enxergam como o aprofundamento do processo de Imperialismo, ao passo que outros qualificam como processo de “globalização” (IANNI, 2004, p. 21), é sem dúvida um momento muito peculiar da história, onde um modo-de-produção consegue firmar-se como dominante e demonstra-se capaz de operar em escala global.

Indubitavelmente, os avanços nas técnicas de transporte e comunicações contribuíram de forma decisiva para essa expansão do sistema em escala global. O sistema do Capital arrastou para dentro de sua lógica espaços cada vez mais longínquos, constituindo efetivamente aquilo que poderíamos chamar de uma expansão “Geográfica” do Capital. Não se trata de dizer que o mundo inteiro aceitou passivamente as imposições advindas do funcionamento da ordem capitalista (aceitar tal consideração seria ferir de morte a dialética). Quer dizer, acima de tudo, que o Capitalismo cercou-se de possibilidades nunca dantes imaginadas de buscar a superação de suas contradições, como o imperativo do lucro, em espaços cada vez mais distantes,

que passaram a ser, pelo menos em tese, passíveis de incorporação à totalidade do funcionamento do sistema.

Esse é o contexto responsável por modificar sensivelmente o papel desempenhado pelos diversos territórios, de forma que parcelas localizadas de países do mundo todo possam ser incorporadas ao funcionamento mundializado do sistema (sem que isso implique na inserção plena ou completa dos territórios nacionais). As modernas redes de comunicações e transporte são os laços umbilicais que permitem a formação de um mecanismo de circulação de mercadorias e capitais em escala global. Ou ainda de um mecanismo de drenagem de mais-valia em direção aos centros econômicos proeminentes, como poderiam preferir os teóricos do Imperialismo. “A circulação é a imagem do poder”, nos lembra Raffestin (RAFFESTIN, 1993, p. 202), em alusão ao papel proeminente desempenhado pelos sistemas técnicos de transportes e comunicações na vida econômica do capitalismo contemporâneo. Milton Santos (SANTOS, 1996, p.208) define Rede como *“Infra-estrutura que permite o transporte de matéria prima, energia ou informação”*, característica material que não pode ser dissociada da noção de que a rede é também, e necessariamente, *“política e social”* (IDEM, p.209). Segundo este mesmo autor, a característica fundamental do atual estágio de desenvolvimento dessas redes é *“a busca por mundializar-se, trazendo sociabilidades distantes e repercutindo ordens instantaneamente”* (IDEM, 1996, p.213)

Todas essas mudanças experimentadas no contexto da presente ordem global resultaram também em profundas transformações nos espaços nacionais, que passaram crescentemente a ser fragmentados em torno de porções de seus territórios, porções essas especializadas em determinadas atividades produtivas, pouco ligadas às demandas das sociedades nacionais, mas principalmente aos imperativos da economia internacional. Reafirma-se assim a noção de que o capitalismo globalizado é baseado numa especialização crescente de parcelas inscritas nos territórios nacionais, fato que reforça também o sentido de inter-relação entre essas partes, que encontram seu significado apenas na totalidade do modo de produção em que se inserem. Muitas vezes, o primado dos imperativos externos sobre a sociedade nacional, acaba por constituir uma relação contraditória em que

parcelas do território muito pouco integradas à vida econômica do país estabelecem laços muito fortes com a economia internacional (através das supracitadas “redes”), sem que isso necessariamente se reverta em inserção econômica ou social desses espaços com relação à totalidade do país. Assiste-se assim, o primado de vetores externos em detrimento dos fatores internos, com a inserção de parcelas dos territórios nacionais em uma totalidade que escapa à própria formação nacional e encontra sua lógica apenas no movimento da totalidade global. Daí o motivo pelo qual Milton Santos afirma ocorrer um processo de “*alienação territorial*” com descompasso experimentado entre “*o comando técnico da produção*” (de âmbito local) e o “comando político distante” (SANTOS, 1996, p.216), permitindo a conclusão de uma “*transferência Geográfica de valor*”, como descrita em SOJA (1993, p.140).

O enorme conjunto de mudanças que atingiu a ordem mundial repercutiu diretamente na forma de organização dos Estados-Nacionais. No caso do território colombiano não foi diferente: Algumas porções, relativamente esquecidas do território nacional, ou que desempenhavam um papel marginal em relação à economia nacional viram-se, na segunda metade da década de 80, e principalmente na década de 90, inseridas, por meio da expansão das modernas redes, numa enorme estrutura subordinada ao movimento da totalidade da economia global. É o caso dos espaços especializados na economia do Narcotráfico e do Petróleo que, cada qual a sua maneira, sofreram um profundo processo de dinamização de suas atividades com o aprofundamento de sua inserção na economia global. A história de implantação de ambas atividades repousa, como veremos mais a frente, desde seus primórdios, nos imperativos gerados no mercado externo, imperativos esses que conhecem sua máxima intensidade por ocasião do atual processo de mundialização do capitalismo.

As profundas mudanças experimentadas pelo mundo no contexto do pós-guerra fria atingiram de forma indireta, mas também crucial a organização e as possibilidades ensejadas pelas guerrilhas. A dinamização dos espaços regionais colombianos deu-se preferencialmente sobre áreas do país ainda muito pouco ocupadas, com destaque aos “Llanos”, grandes planícies recobertas pela vegetação amazônica. Constituíram-se redes modernas com o

objetivo de propiciar a extração e escoamento dos recursos encontrados no território nacional. No caso do petróleo, constituiu-se uma rede de poços de petróleo, refinarias, oleodutos e portos, com o compromisso de circular a produção em escala nacional e principalmente internacional. No caso do Narconeócio e de seu principal produto, a Coca, não foi diferente: apesar do caráter ilegal dessa economia, estabeleceram-se redes complexas responsáveis tanto por fazer circular os produtos do narconeócio quanto o dinheiro ilícito dele originário. Todo esse processo de inserção e dinamização do interior colombiano, contribuiu de forma decisiva para projetar parcelas do espaço colombiano no mecanismo de extração de riqueza em escala global.

É também a partir dessa inserção moderna dos espaços interiores colombianos na economia global que nascerá a cobiça dos grupos guerrilheiros sobre o controle desses recursos. Não que os próprios guerrilheiros pudessem se envolver diretamente na produção dos recursos em questão, mas a idéia de que esses recursos pudessem se constituir em importante fonte de financiamento passa a ocupar, cada vez mais, o horizonte estratégico dos movimentos armados. Se, por um lado, as guerrilhas não poderiam por si só concretizar as atividades de extração dos recursos, essas passaram a orientar suas ações no sentido de controlar a circulação dos recursos numa escala espacial próxima. Dessa forma, as redes, instrumentos de drenagem das mercadorias e dos recursos produzidos em território colombiano, passam a ser contempladas pelas guerrilhas, de forma que o controle dessas infra-estruturas de circulação passa a assegurar aos movimentos guerrilheiros uma nova e notável forma de incremento financeiro, como veremos em maiores detalhes nos capítulos subseqüentes. No caso do petróleo, a extração dos recursos se dá basicamente através da cobrança de “taxas de guerra” das grandes companhias petrolíferas. Já no caso da coca, há também um mecanismo de extração de “impostos”, proporcionalmente maiores quando direcionados aos grandes produtores.

Por que Região?

A partir da observação do crescente controle das guerrilhas sobre a dinâmica dos recursos em determinadas porções do espaço colombiano é que podemos resgatar o sentido do conceito de “Região”. Frequentemente apropriado pelo senso comum, o conceito tem, muitas vezes sido utilizado como sinônimo de qualquer porção ou recorte espacial. Dentro das Ciências Humanas em geral e da própria Geografia, entretanto, o conceito conta com uma longa história de significações e utilidades práticas. Nasceu no âmbito das ciências naturais, onde designava a área de ocorrência de determinadas espécies animais ou vegetais. Era, por isso, fundamentada em critérios naturais que, à luz do atual desenvolvimento técnico e político, perdem grande parte de seu poder explicativo. Seria como se, no caso de entender conflito colombiano, ousássemos tomar a floresta amazônica como fator determinante das características do conflito. Ainda que a cobertura vegetal, relevo ou clima possam desempenhar algum papel nas sociedades contemporâneas, seria demasiado equivoco considerar tais fatores como centrais na composição do espaço que é, em sua essência, um espaço cada vez mais humanizado e sujeito às transformações impostas pelos através do trabalho.

Um segundo momento crucial na história do conceito de “Região” deve ser encontrado na geografia francesa do séc. XIX de Vidal de La Blache, conforme nos lembra (Moraes, 1999, p. 63). Região, para o fundador da escola francesa, era o objeto central de estudo da geografia, sendo que cada uma das regiões correspondia a uma organização peculiar e independente das outras (um “genre de vie”). Apesar do grande avanço em relação à concepção natural de Região, a noção lablachiana aplicada aos dias de hoje padeceria do grave delito de considerar a Região como um espaço autocontido, cujo funcionamento e significado se encerrariam no próprio espaço regional. Seria idéia completamente oposta à defendida neste trabalho, a noção de que uma região pudesse ser explicada “por si só”, quando, ante ao aqui exposto, buscamos destacar a crescente inter-relação entre os lugares no mundo contemporâneo, como fundamento de seu significado.

Uma terceira etapa notável no desenvolvimento da noção de Região refere-se à incorporação do conceito pela economia neopositivista, que se valia

de estatísticas e indicadores matemáticos para justificar a existência das regiões. As Regiões eram, nesse sentido, espaços de indicadores estatísticos muito próximos, não importando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que permeassem suas realidades. Forjava-se, assim, com base numa crença inabalável nas estatísticas, a idéia de uma homogeneidade teórica, mas sempre de pouca correspondência prática, na qual diversos fenômenos de ordem política, por exemplo, poderiam comprometer de forma decisiva a suposta uniformidade dos espaços em questão.

A história do conceito de região conheceria uma considerável guinada apenas com a incorporação das teorias críticas ao pensamento regional. A região, passaria, da década de 1960 em diante, a ser cada vez mais pensada em termos políticos e sociais. A partir de então, deu-se uma guinada no sentido de conceber cada vez mais o espaço, e conseqüentemente a região, como produtos das relações humanas e da concretização do trabalho, na forma daquilo que Marx referiu-se como “trabalho morto”.

Ante ao exposto acerca da discussão sobre o sentido e operacionalidade do conceito de região podemos, por fim, sintetizar as principais componentes da concepção de Região utilizada neste trabalho. Uma primeira consideração fundamental é a de que a Região é um constructo social, sendo jamais possível reduzir sua complexa dinâmica ao simples nível de suas características naturais. “*A espacialidade é corporificação e meio de vida social*”, conforme nos lembra SOJA (1993, p. 148), em referência ao duplo caráter representado pelos compartimentos espaciais, produtos da história humana, mas, ao mesmo tempo, condicionantes da vida social.

A segunda consideração importante no sentido de afirmar a operacionalidade de nosso conceito fundamental consiste em jamais considerar a Região como possuidora de uma lógica “autocontida” ou independente, mas sempre como componente de uma estrutura maior dada pela totalidade global, sendo, pelo contrário, cada vez mais interdependente da totalidade representada pela Divisão Internacional do Trabalho. MEZÁROS (2003, p. 50) nos afirma, corroborando a noção que a Região não pode ser entendida sem o movimento da totalidade, que “*os sentidos dos lugares dependem de sua significação no Global*”. Assim sendo, o significado das parcelas do espaço em questão encontra-se intimamente ligado com o tempo

homogêneo ditado pelo mundo, contraposto às particularidades (heterogeneidades) ditadas pelo espaço local, conforma nos sugere HARVEY (2005, p. 159)

Terceiro, a Região fundamenta-se na existência de um espaço que partilha de características políticas e econômicas relativamente comuns, características essas muito mais complexas do que a simples transposição de indicadores numéricos. Essas características são dadas por fatores diversos, como a posição ocupada pela região na totalidade mundial, pela mediação política a que possa estar sujeita ou ainda, pelo conteúdo técnico-científico ou arranjo das forças produtivas do espaço em questão, sendo esta última característica responsável por sacramentar o “*domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo*” (HARVEY, 1980, p.434).

Uma quarta proposição fundamental diz respeito ao fato da Região ser, a um só tempo, um conceito e uma escala de análise. Em termos de conceito, como já dissemos anteriormente, representa uma parcela espacial, dotada de particularidades e inserida de forma peculiar na totalidade mundial. O sentido da Região como escala de análise, entretanto, deve acompanhar sua aplicação conceitual. Pensada como escala de análise a Região é intermediária entre o movimento da totalidade global (ou mesmo da totalidade nacional, em alguns casos) e as particularidades locais e por isso é responsável por exercer a “*mediação entre o lugar e o mundo*” (HARVEY, 1980, p. 434)

Finalmente, deve-se considerar a região como um elo da cadeia produtiva global, seja atuando no sentido de colaborar, seja no sentido de resistir aos ditames do modo-de-produção dominante. O movimento do capitalismo global aponta para uma postura cada vez mais racional por parte dos diversos agentes sociais dominantes, como no caso das grandes corporações, Estados considerados “potências” e instituições supranacionais, mediante uso das modernas tecnologias de informação, podem estabelecer uma lógica de localização amplamente fundamentada na maximização de seus interesses e principalmente das taxas de lucro. Dessa forma, as Regiões se encontram constantemente sujeitas à “*valorização ou desvalorização imposta pelo capital em busca de sua reprodução ampliada*” (Idem, 1980, p. 434). É essa característica responsável por explicar a expansão das redes sobre espaços longínquos e muitas vezes pouco penetrados pelos anseios do capital.

Pode-se assim argumentar em favor daquilo que MEZÁRÓS (200_, p. 28) qualifica como a formação de *“enclaves capitalistas com hinterlândias não-capitalistas”*. LEFEVBRE (apud SOJA, 1993, p. 65) nos traz significativa contribuição ao debate, quando afirma que *“A sobrevivência do capitalismo é baseada na criação de uma espacialidade instrumental e racionalizada”* em menção à crescente fixidez do capital, com a constituição de grandes sistemas produtivos, capazes de promover a ligação hierárquica das periferias ao capitalismo central. Nenhuma grande novidade se considerarmos a afirmação de HARVEY (2005, p.58), lembrando Rosa Luxemburgo, de que *“o capital engloba formas não capitalistas”* e *“necessita articular-se com áreas virgens”* numa demonstração da clareza de que dispunha a autora acerca da necessidade intrínseca do Capital de superar contradições através da expansão de suas próprias fronteiras.

Todas as considerações feitas acima acerca do significado do conceito de Região justificariam, em princípio, a afirmação de que tanto o espaço cocaleiro quanto o espaço petrolífero colombiano podem ser caracterizados como regiões devido ao sentido que adquirem quando considerados como espaços profundamente inseridos na totalidade global e na divisão do trabalho. Falta, entretanto, uma consideração fundamental de cunho político para que possamos realmente afirmar a existência e o nexo teórico em se considerar as supracitadas regiões. Somando-se à coerência econômica, dada pelos aspectos produtivos dessas regiões, pela estruturação de suas redes e pelo papel desempenhado na economia mundial, está a coerência política resultante da presença e da organização política impostas pelos movimentos de guerrilhas. Esses movimentos, descritos até a década de oitenta como pouco numerosos e de eficácia limitada, estabeleceram relações complexas com a cadeia produtiva dos recursos em questão, através do crescente controle exercido sobre as redes (e que serão objeto do presente estudo). Esse controle parcial do espaço assegurou às guerrilhas uma possibilidade crescente de exercício do poder sobre a circulação de bens e pessoas no interior das Regiões, derivando daí uma profunda influência desses movimentos tanto nos aspectos econômicos quanto nos aspectos militares da vida local. Tal mecanismo permitiu aos movimentos armados uma apropriação de parte dos excedentes gerados nas atividades produtivas que, através da cobrança de

“impostos de guerra” e outras formas de tributos, contribuíram de forma crucial para um notável incremento dos recursos financeiros.

Os aportes financeiros oriundos do controle exercido pelas guerrilhas sobre as economias regionais são a principal explicação para o crescimento quantitativo e qualitativo dessas organizações, a partir da segunda metade da década de 80. As guerrilhas puderam dispor de armas e equipamentos modernos, além da possibilidade de pagamento de soldos a seus membros. Com isso, houve um ingresso notável de novos guerrilheiros, impactando com um enorme incremento no número de efetivos e num crescente controle espacial. Essa situação favoreceu a adoção de uma nova estratégia por parte das guerrilhas que abandonaram seu caráter móvel e passaram ao objetivo estratégico de manutenção da supremacia regional, de forma a assegurar o financiamento e o respaldo político aos movimentos armados. Encontra-se aqui, portanto, o fundamento político para o reconhecimento do processo de regionalização em curso no território colombiano: A presença de economias regionais amplamente ligadas à economia global, mediadas pela intervenção política das guerrilhas.

É somente a partir das considerações anteriores que poderemos efetivamente nos debruçar sobre a tarefa de decifrar e interpretar as regiões colombianas propostas no presente trabalho.

Apesar da relevância das regiões no processo de acumulação global, estas estão constantemente sujeitas à desvalorização ou valorização, em virtude tanto de suas contradições internas quanto de sua significância exterior. O fato é que são freqüentes os movimentos no sentido de assegurar a “Coerência Regional”, sejam estes oriundos da ação estatal, preocupada na proteção dos investimentos privados e do Capital fixo, seja através das (por vezes muito frágeis) “Alianças regionais de Classes” (HARVEY, 2005, p.151). O caso colombiano é emblemático no que diz respeito a essas coalizões, marcadas por uma enorme complexidade originária da notável quantidade de agentes e organizações e suas respectivas finalidades. Por esse motivo, a análise da dinâmica regional colombiana deve passar pelo trabalho de esclarecimento das finalidades em jogo no âmbito do espaço colombiano, e das possíveis alianças/conflitos daí decorrentes.

O Complexo Tabuleiro Colombiano

Qualquer análise da realidade colombiana influenciada pela questão dos conflitos armados deve passar pela tarefa de identificação e esclarecimento dos diversos agentes e organizações, e de suas respectivas finalidades, atuantes país. Estado, Guerrilhas, Paramilitares, Narcotraficantes e o Governo dos Estados Unidos são alguns dos principais protagonistas da complexa dinâmica regional colombiana. É difícil precisar exatamente quais são as alianças mais freqüentes, mas pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que, por parte dos diversos agentes acima citados, há um inimigo comum muito bem definido, representado pelas guerrilhas, que atuam muitas vezes de forma associada (o ELN e as FARC-EP). São diversos os interesses que fazem com que haja, por parte da maioria dos atores, a percepção de um inimigo comum representado pelas guerrilhas. O Estado vê nessas organizações armadas um desafio a sua premissa de soberania territorial e ao seu monopólio do uso da violência, além de uma ameaça à rede de infra-estruturas públicas. Além disso, sofre crescente pressão da comunidade internacional e do governo dos Estados Unidos para combater os movimentos armados. O governo americano por sua vez, identifica nas guerrilhas uma ameaça às operações de suas grandes empresas, principalmente as petrolíferas, uma vez que muitos dos ataques dos guerrilheiros impõem vultosas perdas nas respectivas taxas de lucro. Além disso, as guerrilhas são vistas como representantes do que a diplomacia americana convencionou chamar de “Terrorismo”. Também são as guerrilhas as principais acusadas de garantir o fluxo contínuo de drogas para o mercado estado-unidense (ainda que essa afirmação seja bastante controversa, como veremos no capítulo seguinte).

O caso dos Narcotraficantes é um pouco mais complexo. Embora esses se beneficiem com a ausência de regulação estatal nas áreas controladas pelas guerrilhas, seu interesse fundamental é erradicá-las, de forma a impedir que essas imponham tributação ou qualquer outro tipo de restrição às atividades relacionadas à produção e circulação dos Narcóticos. Tamanha é a disposição dos narcotraficantes em erradicar as guerrilhas que esses constituíram exércitos próprios, inicialmente de alcance regional, e hoje unificados em torno das AUC (Autodefensas Unidas da Colômbia). Os

“Paramilitares”, como costumam ser chamados, constituem-se hoje no braço armado dos Narcotraficantes, mas recebem também financiamento de diversos setores do empresariado nacional e até estrangeiro. São geralmente compostos por membros das próprias forças de segurança, atraídos pelos elevados salários sendo, muitas vezes, preferidos em detrimento das forças nacionais, por atuarem “à margem da lei” e não obedecerem convenções ou leis nacionais e internacionais referentes aos conflitos. Muitos são os relatos de assassinatos, torturas e massacres protagonizados por essas organizações, que tem na difusão do temor generalizado sua principal estratégia de atuação.

As guerrilhas, por sua vez, têm sua origem no ideário marxista revolucionário, e apesar da aparente distância, jamais abandonaram o objetivo final de tomada do poder político, ainda que sua estratégia imediata esteja preferencialmente voltada para o controle e a supremacia regional. Muitas das ações das guerrilhas, convencionalmente qualificadas como terroristas pelos meios de comunicação de massa, têm objetivos políticos ocultos, como a obtenção de acordos de trocas de prisioneiros, a desmilitarização de territórios ou o estabelecimento de negociações políticas.

A partir do conhecimento prévio acerca das organizações atuantes no território colombiano, seus fins e estratégias, poderemos, finalmente, nos debruçar sobre o trabalho de caracterização e compreensão das dinâmicas inerentes às regiões, além da possibilidade de pensar seu significado em relação à totalidade dada pela economia global. Ao longo do trabalho, muitas das considerações feitas sobre essas organizações serão aprofundadas, de forma que se possa realmente apreender o sentido de sua atuação na conformação do quadro regional colombiano.

2- A REGIÃO COCALEIRA

O Espaço Cocaleiro

A Região Cocaleira encontra-se situada nas porções sudeste e sul do território colombiano e compreende os departamentos de Putumayo, Meta, Guaviare, Caquetá, Vichada e Nariño que concentram sozinhos mais de 2/3 da produção cocaleira nacional. A Colômbia é hoje o maior produtor mundial de cocaína e, junto com Bolívia e Peru, mantém grandes extensões de cultivos de Coca, folha que serve de base para a produção da cocaína e que alimenta uma economia informal de grande presença na composição dos empregos nacionais (FILIPONNE, 1995, P.137). Além disso, a região conhece uma expansão crescente dos cultivos de papoula, matéria prima de produção da heroína, droga financeiramente atrativa devido ao alto valor pago por cada miligrama do produto. A primeira vista paradoxalmente, é apenas uma mísera porção do montante da cocaína produzida no país que se destina aos mercados domésticos. A maior parte da droga produzida é destinada aos mercados dos Estados Unidos e da Europa, sendo este primeiro país sozinho responsável pelo consumo de metade da cocaína colombiana (WDR, 2005, p. 76). A região tem, do ponto de vista de seu espaço natural, características bastante distintas das encontradas na porção dos altiplanos. É uma imensa planície que se estende desde o sopé da cordilheira dos Andes até as fronteiras com Brasil, Peru e Equador e é coberta por uma densa vegetação de características amazônicas.

Apesar de suas características naturais bastante homogêneas, a Região Cocaleira não é definida em função de suas características no que diz respeito ao clima, relevo ou vegetação. Observaremos inclusive que, embora a Região Cocaleira encontre-se contida no espaço amazônico, esta apresenta características específicas restritas à apenas algumas determinadas porções do espaço amazônico. E mais do que isso, a Região em questão é definida não em torno de suas características físicas. Nem tampouco pode ser confundida

com a simples espacialização das áreas na qual a coca é cultivada. A região deve ser definida, em realidade, ao redor de suas características econômicas e políticas (CORRÊA, 1991, p. 74). A peculiaridade dos espaços que propomos chamar de “Região Cocaleira” é sua configuração em torno de uma agricultura praticada em sua maior parte em pequenas propriedades familiares organizadas pela presença das guerrilhas das FARC-EP. Nestes espaços, como demonstraremos mais à frente, as guerrilhas são responsáveis por estruturarem uma ordem distinta daquela comandada pelo Estado, constituindo bastiões de poder em torno da defesa da agricultura minifundiarizada da Coca, responsável por fornecer, além de grandes aportes financeiros, a base política de atuação da organização armada.

É justamente a partir da peculiaridade desta porção do espaço colombiano que se origina sua justificativa enquanto recorte teórico. A Região Cocaleira compreende um espaço dentro do território nacional colombiano sujeito a um funcionamento bastante distinto das regras do Estado e que, embora freqüentemente caracterizado como sinônimo de desordem, é portador de uma ordem coerente, responsável por garantir sua inserção em um importante elo da cadeia do Narcotráfico.

A “Região Cocaleira” é também representativa de um espaço onde se cruzam duas economias distintas e profundamente inter-relacionadas e que serão tomadas em conta a partir de suas peculiaridades e na medida em que interagem. Fazemos referência, no caso, às economias da Coca e da Cocaína, que devem ser cuidadosamente diferenciadas e estudadas de forma a revelar as profundas diferenças sociais e espaciais que as envolvem.

Dinâmica Regional, Coca e Cocaína

A história da conformação do complexo regional cocaleiro se confunde com a história da expansão das fronteiras agrícolas e os processos de colonização descortinados em meados do século XX, com o processo de “colonização armada” (MESA, 1999, p. 69) e com a posterior expansão dos cultivos agrícolas ilícitos nas terras ocupadas (MESA, 1999, p.78). A ocupação

do território colombiano é caracterizada por ter sido preferencialmente realizada nas terras do chamado altiplano, porção compreendida entre os contrafortes leste e oeste da cordilheira dos Andes (CURREA-LUGO, 1999, p. 17). Por extensão, a enorme porção concentrada nas terras baixas e planas amazônicas receberam, via de regra, uma colonização marginal, empreendida em torno de produtos agrícolas de baixo valor e extrativismo realizados por pequenos produtores. Posteriormente, esses mesmos espaços passaram a receber a colonização armada. Viria a se somar a essas atividades, a partir da década de 1960, o cultivo e processamento de drogas ilícitas. A história da apropriação deste espaço é uma das bases para compreender a forma como este se organiza, bem como a forma através da qual dialoga e interage com a economia global e com o próprio espaço nacional. Uma das mais marcantes características desse espaço é o predomínio das formas de colonização “espontâneas” (que incluem a colonização armada e a colonização do narcotráfico), descritas em MESA (1999, p.200) ao lado das formas menos comuns de colonização, a militar (promovida a partir de incursões do exército) e a dirigida ou intencional, resultante de ações estatais como grandes obras de infraestrutura e extrativismo ou de projetos de assentamento empreendidos pelo governo (MESA 1999, p.200) através do INCORA (Instituto Colombiano de Colonização e Reforma Agrária).

A chamada “colonização espontânea” (ou seja, não dirigida pela ação do Estado) teve como uma de suas principais forças motrizes a “colonização armada” descortinada principalmente nas décadas de 50 e 60. É necessário atentar para a dinâmica dos conflitos no período para que se possa entender o processo em sua complexidade. A década de 50 é marcada por um golpe militar capitaneado por um General Liberal (Gustavo Rojas Pinillo) seguido de um acordo entre os partidos conservador e liberal que há muito tempo vinham se enfrentando em busca do poder. Esse acordo, conhecido como “Frente Nacional”, supunha o revezamento de poder entre os dois principais partidos, ao longo dos sucessivos mandatos. O fim da guerra civil entre as duas agremiações partidárias e o acordo da “Frente Nacional” acabaram por resolver, em grande medida, os problemas políticos das elites nacionais, que passariam, doravante, a cumprir um pacto de alternância no poder. Os Camponeses, entretanto, continuaram alijados de qualquer participação política

significativa e passaram a perceber o descompasso entre suas aspirações e os desejos dos dois partidos políticos. Um verniz essencialmente classista desde então cobriria as antigas disputas entre Liberais e Conservadores, e o campesinato passaria a buscar formas autônomas de organização (MEDINA, 2001, p. 4) , resistindo às determinações de cessar fogo e se organizando na forma territórios independentes (similares, em termos de organização, aos bastiões de poder vermelho conformados na China pré-revolucionária) denominados “repúblicas independentes” que chegaram a totalizar sete espaços auto-organizados popularmente e que constituíam, dentre outro mecanismos mais ou menos complexos, exércitos próprios (as autodefesas), imbuídos da missão de resistência às constantes tentativas de extermínio oriundas do governo da “Frente Nacional”.

A esse já complexo quadro de acontecimentos deve-se somar a crescente influencia do Partido Comunista nas organizações e lutas populares. Os Comunistas buscaram uma aproximação junto às repúblicas independentes e incentivaram a resistência dessas aos ataques governistas. Apesar da heróica resistência travada nessas repúblicas, a maioria delas foi violentamente exterminada e definitivamente banida do mapa pelas forças nacionais, com exceção de uma república situada na porção sul do país, na fronteira atual entre os departamentos de Huila e Tolima, denominada “Marquetália”. A república da “Marquetália” passou, a partir da incorporação do partido comunista (fechado e perseguido pelo governo Rojas), por um processo de resistência deveras singular (LEECH, 2002, p. 13). Cientes da superioridade bélica dos exércitos governistas, camponeses e comunistas (MEDINA, 2001, p.21) passaram à organização de uma guerrilha móvel, que buscava, através de estratégias distintas, resistir aos ataques governistas. Dentre as táticas mais notáveis, deve-se destacar a condição de evitar os conflitos que não se realizassem em condições absolutamente favoráveis às guerrilhas. As guerrilhas passariam a atacar o exército em emboscadas e manteriam sempre o caráter móvel, sem jamais se estabelecer por muito tempo em um mesmo espaço. O êxito dessas condutas, fundamentadas na grande flexibilidade e fluidez obtidas no interior das matas tropicais, tornou impossível a vitória governista e abriu espaço para a manutenção seguida de uma posterior expansão do movimento camponês. É essa organização o que pode ser

considerado o embrião das FARC-EP, que ainda hoje contabiliza sua história de vida a partir do ano de 1964 (o ano da fuga da Marquetália).

O sucesso das guerrilhas móveis permitiu sua expansão quantitativa e um crescente apoio por parte dos camponeses que, com a cobertura da guerrilha, vinham a ocupar espaços distantes dos centros econômicos tradicionais colombianos. Esse processo é o que se chamara anteriormente “colonização armada” e deu-se principalmente em torno de estradas e rios, como no caso do rio Caquetá (MESA, 1999, p. 133), de forma a conformar o povoamento de espaços remotos e muito pouco integrados à economia e política nacionais. O Estado, para que não se diga que era completamente ausente, marcava sua presença apenas de forma repressiva, com a busca constante em minar os movimentos populares (VELÁSQUEZ, 1999, p.9) e liquidar as guerrilhas sem, de forma alguma, atacar os condicionantes estruturais do descontentamento popular (falta de terras, crise da produção agrícola, ausência de assistência social). Para compreender a obsessão do Estado colombiano em combater os movimentos populares deve-se considerar não só a força dos interesses latifundiários e das burguesias nascentes, mas também o temor despertado pela revolução cubana e as pressões Estadunidenses no âmbito da Guerra Fria (MEDINA, 2001, p.7).

A despeito dos esforços colossais do Estado colombiano em erradicar os movimentos de guerrilha, estes conseguiram de forma lenta e gradual, se expandir numérica e territorialmente. Transformava-se assim, cada vez mais, a porção sul e sudeste do país em domínio das forças guerrilheiras, que consolidariam uma significativa influencia regional nas décadas de 70 e 80. Essa influencia crescente pôs as guerrilhas frente-a-frente com um grande dilema: Como lidar com a chegada de um poderoso vetor econômico aos espaços de controle guerrilheiro?

Surgimento e Expansão da Narcoeconomia

A história da narcoeconomia na Colômbia está associada, em primeiro lugar, com a disseminação dos cultivos de Maconha nas décadas de 60 e 70. A

revolução cubana, no ano de 1959, expulsou os cultivos da ilha e estes migraram para o território colombiano, onde encontraram condições sociais e ambientais bastante adequadas para se desenvolver. A atividade do Narcotráfico se desenvolveu a partir de antigos membros de outros ramos de atividades ilegais, principalmente contrabandistas de esmeralda que já detinham conhecimento suficiente para realizar uma das mais complexas etapas do tráfico de produtos ilegais, o trânsito transfronteiriço, tarefa que implica em grandes riscos operacionais devido ao fato de envolver a transposição de fronteiras amplamente vigiadas e controladas. Como espaço de produção, a Colômbia dispunha de uma série de fatores favoráveis à expansão do Narconegócio. Desde características climáticas adequadas e um vasto exército de camponeses pauperizados até latifundiários em crise que enfrentavam com grande pesar, desde a década de 20, as sucessivas crises do setor agrícola, notadamente as do café, principal produto agrícola colombiano (MONTAÑA, 1999, p.47). Além disso, os preços dos produtos de consumo interno geravam pouca receita e uma série incertezas acerca do mercado, agravando principalmente a situação dos pequenos agricultores.

É no contexto de um campo muito pobre geralmente associado às zonas de fronteira agrícola que o Narconegócio vai ganhar projeção. Os espaços em questão são também espaços distantes do controle do Estado (MEZA, 1999, p.2), uma vez que este se faz pouco presente tanto na vida econômica da região, quanto na política e social. As carências são inúmeras e a presença do Estado raramente se fazia (e se faz, até hoje) sentir-se nesta região, a não ser na forma de seu aparato repressivo voltado contra reivindicações populares.

A expansão da maconha foi um processo bastante significativo nas áreas onde se instalou. Seu impacto, no entanto, teve notoriedade muito menor do que a entrada dos cultivos de Coca, na década de 80, no território colombiano. O vetor de entrada e difusão dessa nova modalidade de cultivo foram os próprios traficantes de maconha que passaram a distribuir sementes e assegurar a compra da produção dos camponeses. As folhas de Coca são a matéria prima fundamental para a fabricação da Cocaína, produto de grande valor agregado e muito procurado nos mercados do mundo todo (WDR, 2005, p. 75). Dessa forma, os antigos traficantes de maconha passaram a negociar a cocaína e arrastaram junto consigo a dinâmica agrícola anterior em direção dos

plantios de coca. É sob esta mesma lógica de maximização dos lucros que os traficantes trarão também, no início da década de 90, os primeiros cultivos de papoula ao solo colombiano (MONTAÑA, 1999, p. 48). A papoula é a matéria prima do ópio e principalmente da heroína que apresenta um valor por grama de produto ainda mais elevado que o da cocaína.

O cultivo da cocaína pode ser considerado como um vetor de dinamização do espaço rural colombiano responsável por organizar uma grande e hierárquica cadeia de agentes distribuídos ao longo de uma série etapas produtivas (CRETIN, 2001, p.14). A compreensão das conseqüências desse fator sobre a dinâmica da região em questão exige que explicitemos essas principais etapas e sua organização, de forma a identificar os agentes, grupos e classes envolvidos em cada uma delas.

A cadeia da Narcoeconomia colombiana pode ser dividida para fins analíticos em cinco principais etapas dentre as quais se destacam o “Plantio”, a “Pisagem”, o “Refino”, o “Transporte” (ou “Tráfico” por excelência) e a “Distribuição” final aos mercados consumidores.

A primeira das atividades componentes da economia do narcotráfico é o “Plantio” das folhas de Coca que servirão à produção da cocaína. Essa é uma atividade bastante rudimentar no sentido em que exige poucos cuidados ou insumos agrícolas para se desenvolver. A Coca é um arbusto do qual se aproveitam, para a produção da cocaína, os extratos das folhas. É uma planta nativa dos países andinos, considerada um produto tradicional das culturas indígenas da Bolívia, Peru e Colômbia, fator que diminui os constrangimentos de ordem moral por parte dos plantadores. É produzida preferencialmente na porção amazônica desses três países (FILIPONNE, 1995, p.137). Emprega uma enorme quantidade de pequenos produtores, sendo estimados em 300.000 os que vivem do cultivo da planta só na Colômbia. Os produtores de coca, freqüentemente chamados de “cocaleiros”, compõe um expressivo setor de trabalhadores nos três países citados, com destaque para o caso Boliviano, onde atingem elevado grau de mobilização. De forma contrário, no caso colombiano, a tradição de violência regionalista e a “*manutenção da estrutura caudilhista*” (VELÁSQUEZ, 1999, p.6) imposta pelos latifundiários há muito tempo dificulta semelhante organização, fato que permite aos traficantes explorar de forma mais intensa o trabalho dos cocaleiros colombianos.

O fato da maioria dos cocaleiros ter sido atraída para a atividade por razões econômicas não significa que estes possam ser confundidos com os grandes traficantes (também chamados “capos”). Os pequenos agricultores são empurrados para o plantio de coca como única alternativa para permanecer no campo sem engrossar as fileiras do desemprego urbano e partilham as migalhas do lucrativo negócio do Narcotráfico, ficando com apenas 10% de todo o montante gerado no país através das atividades ilícitas (FILIPONNE, 1995, p. 138). Não se pode, portanto, confundir os cocaleiros com os poderosos traficantes colombianos e americanos, que dividem entre um restrito círculo de máfias que partilham os lucros imensos advindos do negócio.

A segunda atividade fundamental no processo de produção da cocaína é chamada de “Pisagem” e consiste num processo de extração dos princípios ativos da planta. É realizado por indígenas e camponeses também bastante pobres, mas que obtém receitas um pouco maiores em relação aos cocaleiros. O processo de extração consiste em deixar as folhas de molho em uma solução de querosene e pisoteá-las de forma continuada. Desse processo resulta um pré-produto chamado “pasta base” que servirá, posteriormente, de base para o refino da cocaína (CRAIG, 1995, p. 129).

A terceira etapa fundamental no processo de produção da cocaína é o refino, que consiste na atividade de isolar e concentrar as substâncias psicoativas da coca, na forma de cocaína em pó. Esta etapa é a primeira das cinco que não é realizada pelos camponeses de forma autônoma, sendo operada por profissionais de grande qualificação contratados pelos grandes traficantes de drogas (CRETIN, 2001, p.15-16). O narcotráfico é organizado de forma similar a muitas empresas modernas, de tal forma que as “empresas” especializadas na atividade de narcotráfico na Colômbia são denominadas com um termo muito usado para caracterizar a economia formal. Costumam-se chamar “cartéis” e são responsáveis por algumas, às vezes todas, as etapas da cadeia de produção da cocaína. O primeiro grande cartel de que se tem notícia, o Cartel de Medellín, do lendário Pablo Escobar, controlava parte significativa dos cultivos de coca de que se utilizava e dispunha de uma grande rede de distribuição nos mercados dos Estados Unidos. Os grandes chefes do narcotráfico, costumeiramente chamados de “capos”, como Escobar vivem nas grandes cidades e ocupam lugar de destaque nas elites urbanas em que se

inserir (CRAIG, 1995, p. 151). É a partir das cidades que o tráfico exerce suas funções mais estratégicas, como as tarefas ligadas ao gerenciamento e administração dos negócios e às atividades de lavagem de dinheiro.

Com o desmembramento de Medellín veio a tona uma outra organização sediada na cidade de Cali, terceira maior cidade do país, de onde se originava um outro importante cartel. O Cartel de Cali trouxe uma série de inovações de caráter organizacional para o complexo da cocaína ao adotar um processo de desconcentração de suas funções. Desta forma, a produção das folhas de coca e sua pisagem deixavam de ser funções realizadas pelo cartel, fato que garantia uma produção pulverizada por grandes porções do território. Tal fórmula ajudava a diminuir o impacto das apreensões no fornecimento de coca para a fabricação de cocaína, além de afastar os membros do Cartel de uma atividade muito visada e pouco lucrativa (ou seja, a produção das folhas).

As profundas transformações introduzidas pelo Cartel de Cali na forma de organizar as etapas da produção selaram o destino de todas os cartéis que viriam a sucedê-lo. Desde então, o modelo de Cali, centrado nas etapas mais lucrativas e de menor risco da cadeia da Cocaína, passaria a ser o modelo organizacional utilizado até os dias de hoje (CRETIN, 2001, p.19).

Uma outra importante modificação implantada pelo cartel de Cali na cadeia de produção da cocaína relacionou-se com a distribuição do produto nos mercados consumidores, principalmente os Estados Unidos. O Cartel de Medellín, antecessor de Cali, dispunha de uma ampla rede de distribuição do produto em solo estrangeiro, fato que o tornava suscetível à repressão policial. Cali, no entanto, eximiu-se também desta atividade, transferidas às células criminosas locais e quadrilhas não necessariamente colombianas já instaladas nos Estados Unidos. Apesar da enorme capacidade de adaptação exibida pelo cartel de Cali, este também não resistiu à prisão de seus líderes históricos, os “irmãos Orejuela”, no início dos anos 90. Este episódio não significou o fim do cartel de Cali, mas a redução de sua participação no Narconeócio, seguida da emergência de novas organizações, de porte mediano, e que passariam a partilhar o mercado dos narcóticos.

A atividade de refino da cocaína é realizada em laboratórios de pequeno e médio porte escondidos na selva amazônica. Diferentemente do plantio das folhas, realizados também nos países vizinhos como Bolívia e Peru, o refino é

uma atividade quase exclusiva do território colombiano. A atividade de refino envolve uma série de insumos químicos contrabandeados através dos rios locais em direção aos laboratórios, sendo os principais dentre estes insumos a Acetona e o Ácido Clorídrico, utilizados para transformar a pasta base (com aproximadamente 40% de pureza) na cocaína em pó (com até 99% de pureza). Uma importante característica desta etapa é o fato de empregar profissionais altamente qualificados, uma vez que o rendimento e pureza dos produtos são determinados no momento do refino.

A quarta atividade no complexo da Cocaína é o transporte da cocaína das áreas de produção em direção aos mercados dos países consumidores. Esta atividade foi, num primeiro momento, realizada através das “mulas”, pessoas que escondiam drogas em seus próprios corpos (inclusive no estômago), no intuito de driblar o controle alfandegário dos países de destino. Nesse contexto, Carlos Lehder, grande traficante de Medellín, passou a ser conhecido como o “Henry Ford” das drogas, na medida em que substituiu o transporte das mulas pelo transporte em pequenos aviões, de forma que a quantidade de cocaína que ingressava no mercado americano conheceu violento incremento, dada a capacidade muito superior de carga dos aviões em relação às mulas. Hoje em dia, além do transporte via aérea, uma parte considerável da cocaína chega aos mercados americanos e europeus através de navios. O Acirramento do processo de mundialização da economia, responsável por uma aceleração nos fluxos de mercadorias entre os países acelerou um certo processo de “descontrole” das fronteiras e facilitou a circulação de produtos ilícitos.

A importância da Narcoeconomia em todos os países andinos e principalmente na Colômbia é enorme. Estima-se, segundo FILIPONNE (1995, p. 37), que a economia das drogas gere algo em torno de um milhão de empregos nos países andinos e trezentos mil só na Colômbia.

Região, Capitalismo e Narcotráfico

A chegada do narcotráfico na região deve ser vista como um agente dinamizador da economia e da vida social locais. Representou a transição de uma economia de subsistência, de caráter local/regional para uma organização econômica profundamente complexa e inserida no capitalismo em seu âmbito global. As redes do Narcotráfico foram responsáveis por inserir a região em um complexo de relações que envolvem desde os pequenos produtores colombianos até seus consumidores principais, Estados Unidos e países europeus (FLYNN, 1995, p. 158)). No caminho entre a produção e o consumo o Narcotráfico estabelece suas redes de transporte ao longo de diversos países, além da própria Colômbia. Na Colômbia o escoamento da produção se dá preferencialmente através dos rios e estradas da região. Após o processo de refino, a maioria da coca é embarcada em aviões clandestinos de pequeno porte. Por isso, é também um dos pontos chave para a cadeia do narcotráfico o uso das pistas ilegais a partir das quais a produção é escoada em direção a algum país de trânsito como Brasil, Honduras, Venezuela, Bolívia, México, Jamaica e Bahamas.

Há também um importante grupo de países que contribuem de forma decisiva para o Narconeurocio dentre os quais se poderia citar Bahamas, Ilhas Cayman, Ilhas Jersey, Suíça e Uruguai (FLYNN, 1995, p.169). Nestes países ocorre a maior parte das operações de “lavagem de dinheiro”, prática que consiste em tornar legal o dinheiro conseguido ilegalmente, através dos investimentos em empreendimentos privados de fachada. Os Narcotraficantes colombianos também depositam grande parte do dinheiro ilegal em empresas nacionais e outras organizações como times de futebol e rádios (FILIPONNE, 1995, p.144). O Estado colombiano, profundamente permeado e sujeito às intimidações do dinheiro e do poder armado das Elites narcotraficantes (CRETIN, 2001, p.19), não dá mostras de combater com grande determinação os grandes barões que vivem do negócio da Cocaína. Mesmo os poucos membros do aparelho de Estado (como juizes e delegados) que ousaram opor-se ao poder do Narcotráfico sofreram sucessivos ataques, muitos deles terminando em mortes. É costumeiro atribuir a expressão “o plomo o la plata”

aos avisos de intimidação realizados pelos Narcotraficantes aos funcionários públicos, simbolizando a sentença de escolher entre aceitar suborno ou morrer.

Um dos paradoxos encontrados nesta região é que, a despeito da profunda integração que a região cocaleira colombiana desenvolve com o capitalismo mundial, sua integração enquanto um setor do capitalismo nacional apresenta-se de forma bastante precária. Curiosamente, apenas 10% da produção de drogas do país se destina ao mercado interno (CRAIG, 1995, p.130).

Embora muitos autores colombianos associem os pequenos agricultores à idéia de um campesinato que produz coca por motivos tradicionais, esta concepção é bastante questionável. Os camponeses parecem-se mais com proletários modernos na medida em que se encontram profundamente imbricados com a economia mundializada, apesar de fragmentada em pequenos espaços de produção. A maioria dos “cocaleiros” é muito pobre e obtém ganhos muito baixos com o plantio. Soma-se a isso, o fato do Estado se fazer pouco presente no plano social, (MESA, 1999, p.81) de forma que os serviços coletivos são bastante precários em relação aos dispostos na porção do altiplano do país. Essa ausência do Estado no plano social, entretanto, é radicalmente contrastável com as inúmeras tentativas de se fazer presente no plano militar e que resultaram, na maioria das vezes, em episódios de violência diretamente voltados contra organizações populares ou “de esquerda”. É essa situação de descaso que favoreceu a prevalência de um importante ator na região, a guerrilha FARC-EP, responsáveis por organizar de forma bastante peculiar a região em questão, como veremos a seguir.

Movimentos Guerrilheiros e Poder

As Guerrilhas das FARC-EP nasceram no ano de 1964 a parti do episódio da Marquetália, Desde sua origem é composta, em sua maioria, por pequenos agricultores pauperizados e indígenas expropriados de suas terras (MEDINA, 2001, p.10). Muitos autores reconhecem que, se num primeiro momento, o motivo de ingresso nas guerrilhas era luta política hoje é

preferencialmente a luta econômica (SUÁREZ, 1999, p. 33). A entrada nas guerrilhas assegura um relativo padrão de vida e alimentação, além de conferir prestígio e respeito, principalmente aos jovens. Um dos outros pilares fundamentais de origem das FARC foi a perseguição sofrida pelos comunistas nas décadas de 50 e 60, diante da qual muito se refugiaram no campo e buscaram organizar, junto aos camponeses, movimentos de resistência. Alguns desses membros permanecem vivos até hoje, ocupando cargos no comando central da organização. Nomes como Manuel Marulanda (o “Tirofijo”) e Raul Reyes permanecem vivos ainda hoje, beirando cerca de 70 anos de idade. Seu objetivo inicial e ainda não descartado é a tomada do poder e a instalação de um governo de caráter popular socialista e “bolivariano” (ARENAS, 1985, p.12-14), com a implementação de uma ampla reforma agrária e com a coletivização das propriedades que gerem mais de um milhão de dólares anuais a seus proprietários.

O papel desempenhado pelas guerrilhas na região cocaleira merece destaque pela forma peculiar com que organiza as dinâmicas da vida econômica e política da região, uma vez que o poder de atuação do Estado na região sempre foi mínimo. Deve-se também observar a relação estabelecida em escala regional entre as Guerrilhas e os Narcotraficantes, freqüentemente reduzida pelos grandes meios de comunicação a uma relação de total promiscuidade. Poucas fontes acadêmicas supõem que as FARC operem o comércio de cocaína em nível internacional, e a maioria delas reconhece a condição de oposição e de conflito entre as Guerrilhas e os Narcotraficantes, como em MEDINA (2001, p.92), MEZA (1999, p.163) e LAIR (1999, p.73).

A relação entre as guerrilhas e a economia da coca é na verdade muito mais complexa do que uma mera associação com os Narcotraficantes. É uma relação contraditória onde o Narcotráfico é submetido a condutas impostas pelas guerrilhas que contribuem em grande medida o financiamento destas. Por este motivo e pelo caráter de classe das guerrilhas, os Narcotraficantes mantêm-se frontalmente hostis às organizações guerrilheiras, inclusive financiando exércitos paramilitares para o combate direto e para além do Estado às guerrilhas (RILEY, 1995, p.194). Esse poder de organizar o território de que dispõe as FARC-EP na região em questão emana em grande medida de seu poder de exercer controle sobre a circulação de bens e pessoas no

espaço regional. As Guerrilhas controlam a vida da região na medida em que controlam as estradas, rios, portos e aeroportos, além das redes de eletricidade e combustíveis.

É devido ao seu amplo controle sobre a circulação em escala regional que as guerrilhas podem extrair seu sustento da exploração dos “recursos” disponíveis nesta região dentre os quais o destaca-se a coca, muito mais significativa que outros produtos como as esmeraldas ou o café. Através do controle do território, as guerrilhas são capazes exigir a cobrança de tributos sobre a atividade do Narcotráfico. A cobrança de tributos se inicia na base da produção, atingindo os cocaleiros de forma pouco intensa (uma vez que são proporcionalmente maiores as alíquotas à medida que crescem os rendimentos referentes às atividades) com a cobrança de um imposto de cerca de 4% sobre o valor da produção de folhas. A partir daí aí, as alíquotas são crescentes na medida em que avançam em direção a setores mais complexos e lucrativos da cadeia da coca (MEZA, 1999, p. 84). As maiores alíquotas são cobradas sobre a cocaína refinada, saída do laboratório e pelo uso das pistas de pouso e decolagem, chegando a atingir até 15 mil dólares por vôo. Também são cobrados impostos sobre os produtos químicos como a acetona e o ácido clorídrico, contrabandeados através dos rios da região. Os impostos são chamados pelas guerrilhas de “impostos revolucionários” e contribuíram de forma decisiva para o crescimento da organização nos anos noventa, passando de 3.600 membros para cerca de 15.000 atuais (SUÁREZ, 1999, p.30).

O dinheiro advindo do narcotráfico permitiu às guerrilhas uma expansão qualitativa, na medida que estas passaram a dispor de armas modernas, equipamentos de comunicação e outros recursos tecnológicos. A melhora nas condições materiais da guerrilha permitiu a esta pagar soldos para os guerrilheiros, fato que garante a estes tenham acesso a alguns bens de primeira necessidade. Por este motivo, a guerrilha surgiu também como uma alternativa econômica ao cultivo miserável da coca ou de outros gêneros agrícolas. São também as guerrilhas que possibilitam uma posição de respeito aos seus membros e perspectiva de mobilidade em uma escala de atribuições de responsabilidades.

O fato das guerrilhas terem se beneficiado da expansão dos fluxos financeiros advindos dos tributos sobre a exploração dos recursos e destes

terem propiciado, em grande medida, a expansão numérica das guerrilhas não nos deve fazer pensar que seja este o único pilar de expansão dos grupos armados. As guerrilhas têm como uma preocupação constante a manutenção de sua base classista, os pequenos produtores agrícolas, de forma que em troca dos impostos arrecadados, fornecem proteção aos cocaleiros contra violência por parte dos narcotraficantes. Recentemente, a guerrilha tem também tomado partido nas negociações entre os camponeses e os atravessadores a serviço do narcotráfico. Chegam, inclusive em alguns casos, a estabelecer um preço de garantia pago pela própria organização para que o produtor sobreviva às oscilações sazonais dos preços do produto. Essas modalidades de intervenção e mediação guerrilheira têm como objetivo garantir legitimidade junto aos pequenos produtores, além de impedir sua migração em direção às grandes cidades devido à insuficiência de receita e a conseqüente incapacidade de sobreviver.

Uma outra forma fundamental de legitimação da presença das guerrilhas é seu papel de organizador político local. Nas cidades em que os guerrilheiros se estabelecem, geralmente, são tomada uma série de medidas que acabam por depor os representantes eleitos do governo e instituir um poder guerrilheiro constituído capaz de regular a vida local. Por mais surpreendente que possa parecer, a chegada das guerrilhas acaba por instituir uma certa ordem aos municípios ocupados. O toque de recolher é instituído e a venda de bebidas alcoólicas é proibida a partir de determinadas horas. Os guerrilheiros caçam as gangues locais e reprimem a criminalidade além de instituírem mecanismos de direito civil, com a criação de tribunais para pequenos problemas de convivência (LEECH, 2002, p.95). A fórmula adotada pelas organizações guerrilheiras foi capaz de reduzir drasticamente a violência e as mortes por armas de fogo na maioria das localidades onde foi implantada.

Embora as guerrilhas pareçam hoje perfeitamente adaptadas à economia da coca, não foi assim desde o início. Num primeiro momento, entre o final da década de 70 e o início da década de 80 (início da expansão dos cultivos de Coca) houve um profundo debate internos por parte das FARC-EP com a população e representantes religiosos locais, acerca da proibição ou aceitação dos cultivos (MEDINA, 2001, p.2). Num segundo momento, os cultivos foram aceitos e passariam a desempenhar papel cada vez mais

significativo nas finanças da organização. A Coca é hoje a principal fonte de financiamento das guerrilhas, correspondendo à cerca de 50% da receita arrecada. A outra parte do financiamento é dada pelos tributos cobrados sobre o petróleo, esmeraldas, café, gado e bananas. Também contribuem para este financiamento a extorsão às grandes empresas (que serão mais bem detalhadas no próximo capítulo) e o seqüestro de autoridades e de membros das classes proprietárias (que também tem a importante função política de se prestarem às trocas de prisioneiros e garantirem aparição e divulgação por parte das guerrilhas em rede nacional). Há ainda uma pequena, porém não desprezível porcentagem dos ingressos das guerrilhas (cerca de 10%) que encontram sua origem em doações voluntárias (MEDINA, 2001, p.196).

Se procurarmos fazer um breve balanço do impacto da expansão dos cultivos de coca sobre as FARC-EP pode-se supor uma série de benefícios e malefícios resultantes do ingresso do dinheiro da narcoeconomia na organização. Dentre os impactos positivos desta opção, podemos destacar o grande incremento de receita para a organização, fato que vem permitindo sua expansão tanto em termos numéricos como em termos qualitativos. Além disso, a postura das guerrilhas frente aos pequenos cultivos de coca e o fornecimento de proteção aos pequenos produtores ajudou a ampliar a legitimidade da organização em nível local (CURREA-LUGO, 1999, p.7). E mais ainda, conferiu uma certa relação de estabilidade à guerrilha que passou a negociar com o governo a partir de condições muito mais favoráveis e sem sofrer pressões por parte do tempo. Se pensarmos nos impactos negativos da expansão dos cultivos sobre a economia das FARC-EP poderemos citar o aumento do descrédito junto às opiniões públicas nacional e internacional. Também devemos atentar para a maior facilidade para um tratamento criminalista da questão, sem contar o fato de fornecer argumentos para elaboração de teorias infundadas (como a idéia de que existem “narcoguerrilhas”) que servem de legitimação para repressão contra as guerrilhas.

O fato é que o balanço da opção das guerrilhas em favor da aceitação dos cultivos tem pesado de forma favorável na expansão de seu poderio militar e político. Da supremacia militar em amplas porções do território derivou-se uma importante modificação na organização das guerrilhas na década de 90.

Se durante mais de vinte anos estas permaneceram móveis ao longo das selvas, elas passariam agora a adotar um processo de fixação, de forma a conformar um padrão social e territorialmente estável (*“Guerra irregular: Baixa intensidade e longa duração”* em SUÁREZ, 1999, p.29), que pode ser identificado como motor da regionalização a que nos propusemos estudar.

Talvez a maior evidência do absurdo da afirmação de que as guerrilhas se confundem com os narcotraficantes seja o fato de que estes últimos, preocupados com a expansão das guerrilhas, têm constituído verdadeiros exércitos particulares, os chamados exércitos “Paramilitares”, normalmente associados aos setores conservadores e de direita, representantes da burguesia nacional e dos interesses estrangeiros no país. Embora tenham se originado como braço armado do narcotráfico, os Paramilitares vêm, cada vez mais, recebendo apoio de latifundiários de modalidades diversas e empresas nacionais e transnacionais que percebem nas guerrilhas uma ameaça à lucratividade dos negócios, na medida em que estas regulam, principalmente na região petrolífera (como veremos no próximo capítulo), uma parte significativa das infra-estruturas utilizadas para escoar o petróleo, além de outros produtos (CALDERÓN, 1999, p.101-102). Denúncias contra empresas estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, são freqüentes, podendo-se destacar as que tratam do envolvimento da TEXACO e da Coca-Cola no financiamento ao paramilitarismo (LEECH, 2002, p.19). Os Paramilitares tem como sua característica peculiar o fato de ser um instrumento de classe para além da lei, de modo que esses exércitos cometem diversas atrocidades não só contra os guerrilheiros, mas também sobre pequenos produtores suspeitos de simpatizar com a guerrilha, intelectuais e líderes políticos de esquerda, líderes sindicais e indígenas. O que se assiste é uma sistemática eliminação da esquerda no contexto político nacional, com a conivência das forças de Estados como a polícia e o Exército (CALDERÓN, 1999, p.97). São freqüentes as denúncias de envolvimento de membros das forças nacionais nos exércitos paramilitares, onde normalmente recebem salários muito mais convidativos (LEECH, 2002, p.53). A força pública é claramente conivente e até incentivadora do paramilitarismo, instrumento fundamental para reprimir as manifestações populares e de esquerda.

A origem dos esquadrões paramilitares está ligada às perseguições que os guerrilheiros empreenderam contra familiares dos chefes do tráfico, com o intuito de arrecadar fundos a partir do resgate recebido. O primeiro grupo de Paramilitares conhecido chamava-se MAS, “Morte aos Seqüestradores” (CRETIN, 1999, p. 18), e era financiado pelos grandes narcotraficantes de Medellín com o apoio dos pecuaristas e latifundiários. Inicialmente, os grupos paramilitares encontravam-se pulverizados em diversas regiões, sem que houvesse algo similar a um comando central. Foi só na década de 90 que os grupos paramilitares viram-se unificar parcialmente em um exército, as chamadas AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), que tinham, até o início do governo Uribe, cerca de 15.000 homens, mobilizados em torno do combate a toda e qualquer forma de “subversão ou ideologia marxista” (Estatuto das AUC). As AUC têm sido responsáveis por 75% dos casos de morte violenta no campo e freqüentemente protagonizam massacres em caráter exemplar, como o massacre de Trujillo (LEECH, 2002, p. 22), no qual muitos dos camponeses, supostamente colaboradores da guerrilha, foram mortos e desfigurados com o uso de serras elétricas. Faz parte da estratégia paramilitar o uso massivo do terror como um recurso estratégico na luta contra as guerrilhas e contra as organizações populares.

Os Estados Unidos e a Região

Embora os Narcotraficantes aparentem ser o principal segmento incomodado com a influência guerrilheira na região, é preciso destacar as profundas inquietações que esta influência gera sobre os Estados Unidos, tanto na medida em que esta influencia significa o fortalecimento de uma organização considerada subversiva e antiimperialista quanto pelo fato de que a expansão do narcotráfico na Colômbia implica no aumento dos ingressos financeiros da guerrilha (LEECH, 2002, p.84). Soma-se a isso os prejuízos impostos pelas guerrilhas a alguns setores econômicos de grande atuação de empresas de Capital estadunidense, como no caso da economia do petróleo.

Sendo os EUA o maior consumidor de cocaína do mundo (WDR, 2005, p.76) e a principal potência a influenciar a América Latina, o país viu-se forçado a tomar medidas, principalmente a partir da década de 80, contra os grandes cartéis e na década de 90 contra os exércitos guerrilheiros. Contra os cartéis, foram tomadas uma série de medidas, como a edição de tratados de extradição para chefes do tráfico. Com esta posição, os Estados Unidos conseguiram conter a ameaça dos grandes cartéis (nacionalistas e anti-americanos) que foram fragmentados em unidades médias sem grande poder de influência dentro do território estadunidense. Isso não significou, de forma alguma, que a produção de Cocaína tenha desaparecido, mas sim que esta se reorganizou numa modalidade menos centralizada de negociação, na qual os cartéis de médio porte assumiram o papel das grandes (e rígidas) organizações precedentes (CRETIN, 2001, p.13).

Desde o início da história da intervenção dos EUA na questão do Narcotráfico, ficou posta a opção entre o combate às drogas nos mercados de consumo (em solo americano) ou nos locais de produção (os campos colombianos) em TOKALTLIAN (1988, p.40-44). A primeira alternativa, repressão sobre o consumo, mostrou-se, por uma série de motivos, menos interessante para os Estados Unidos. Em primeiro lugar, a tradição de respeito às liberdades individuais dificultavam a abordagem indiscriminada dos cidadãos, pelo menos até o 11 de setembro. Em segundo lugar, reprimir o consumo significaria atacar também pessoas ricas e influentes na sociedade, além de atingir diretamente poderosas máfias nacionais. A alternativa mais adequada pareceu, nesse contexto, a adoção de políticas para erradicar a produção da cocaína a partir de sua matéria prima. O plano era erradicar os cultivos de coca e substituí-los por cultivos legais, de forma a minar não só a influência do Narcotráfico sobre os mercados americanos, mas também a entrada de recursos do narcotráfico nas mãos da guerrilhas, fenômeno cada vez mais comum no decorrer da década de 90.

É com base no discurso de combate à coca em sua etapa primeira, o plantio, que os Estados Unidos implementaram, a partir do ano de 1998, o chamado “Plano Colômbia” (LEECH, 2002, p. 25), um grande projeto de financiamento e treinamento dos exércitos colombianos para as atividades de repressão à produção cocaleira, assinado com o então presidente colombiano

Andrés Pastrana. Um dos principais mecanismos de implementação prática do plano foi adoção do mecanismo de fumigação aérea dos cultivos de coca. Essa estratégia consiste em pulverizar, com aviões especiais, o Glifosato, um herbicida capaz de matar rapidamente os pés da coca. Apesar de objetivar os cultivos de coca, o Glifosato não é seletivo, destruindo, além das folhas de coca, os cultivos de subsistência (MESA, 1999, p.199). Com isso, a pequena agricultura apoiada no cultivo de coca, viu-se parcialmente desmantelada, fato que acelerou a migração dos antigos produtores para os centros urbanos ou para outros espaços, só que desta vez sobre controle paramilitar. Também se pode observar um crescimento significativo dos cultivos nos países vizinhos, principalmente no caso do Peru (WDR, 2005, p.61).

O Plano Colômbia tem obtido resultados bastante controversos e muitas são as críticas feitas a seu respeito. As principais delas vão desde os impactos ambientais causados pelas fumigações até a crítica aos ataques à atividade cocaleira, elo menos privilegiado da corrente do Narcotráfico, composto por antigos camponeses precarizados e excluídos do mercado de trabalho formal. A Ênfase dada no aspecto de erradicação dos cultivos não encontra contrapeso em medidas eficazes de inclusão dos camponeses desalojados, que acabam, em sua grande maioria, engrossando as fileiras do desemprego urbano. Mesmo no que diz respeito às apreensões de drogas e extensão da área cultivada, o plano tem mostrado grandes dificuldades em obter reduções significativas dos indicadores da economia da coca, sendo que apenas nos anos mais recentes essa redução fica evidente. Novamente (MEZA, 1999, p.88), deve-se frisar o movimento conjugado de aumento dos cultivos nos países vizinhos, provavelmente impulsionados pelo Plano.

A análise da Região em questão revela, como sugerimos inicialmente, uma visão de uma porção territorial diferentemente estruturada se comparada ao território nacional. A região aparece como uma ruptura numa suposta unidade em relação ao Estado-nação, na medida em que sua ocupação se deu de forma marginal e espontânea, sem planejamento ou participação direta (MESA, 1999, p.221) do Estado (salvo nos momentos de repressão aos movimentos populares). Seu caráter de ruptura aparece de forma ainda mais aprofundada, quando, observamos a peculiaridade com que se desenvolvem as relações de poder e a organização espacial comandadas pelas guerrilhas.

Outro aspecto bastante notável e que confere à região um caráter fragmentário é o desenvolvimento de uma economia responsável por integrar a região diretamente na totalidade da economia Global, sem passar pela mediação do Estado. Isso significa que a maior parte da renda gerada na região é carregada em direção ao exterior, e que uma pequena parte fica dividida entre os cerca de 300 mil produtores. Dessa forma, a relação desenvolvida entre a região e o resto do país é muito tímida, na medida em que apenas um décimo da produção de narcóticos se destina aos mercados internos e que a parcela da renda retida no país é muito menor do que a riqueza gerada na distribuição do produto nos mercados estrangeiros. Mesmo assim, uma parte não desprezível da renda que fica retida no país é translada aos centros urbanos através das operações de lavagem de dinheiro, que acabam por injetar dinheiro ilícito em empresas privadas, lojas, times de futebol, meios de comunicação e até em Igrejas (celebrizou-se, nesse sentido, a fala do cardeal de Medellín, que dizia que as mãos de deus não se sujavam ao receber dinheiro do tráfico, em FILIPONNE, 1995, p. 145).

Apesar desse caráter descompassado da região em relação ao funcionamento da totalidade geral, não são desprezíveis os aportes que o narconegócio realiza principalmente na escala regional, onde se tornou o principal meio de sobrevivência de uma multidão de pequenos produtores. Essa situação é bastante distinta do que acontece com a economia do petróleo, como veremos a seguir, na qual a maior parte dos recursos é simplesmente drenada em direção aos centros distantes, sejam estes nacionais ou estrangeiros.

3- A REGIÃO PETROLÍFERA

A observação cuidadosa das características sociais e políticas da porção sul e sudoeste do território colombiano permitiu que definíssemos uma porção territorial marcada por relações bastante peculiares de poder. Na região situada ao sul do país, podemos observar o primado da atividade cocaleira como carro chefe da economia local e a complexa interação presente entre esta atividade e a organização política imposta pela guerrilha das FARC-EP. No capítulo que se segue, buscaremos, num caminho de abordagem similar ao utilizado para a região cocaleira, identificar e explicitar as principais peculiaridades da porção nordeste do país, organizada em torno de atividades econômicas bastante distintas do circuito da Coca e com a presença intensa de um movimento guerrilheiro distinto das FARC. Em primeiro lugar, é fundamental que se tenha a clareza de que esta não é uma região “livre” dos cultivos ilícitos. Estes se encontram presentes de forma expressiva, principalmente nos departamentos de Arauca e Norte de Santander (embora em quantidades bastante inferiores às encontradas na porção sul-sudoeste.) O que nos permite, no entanto, diferenciar a região em questão do complexo cocaleiro anteriormente descrito é o fato de que a atividade do narconegócio apresenta-se em situação marginal se comparada com os enormes investimentos e lucros movimentados ao redor das atividades extrativistas minerais. Uma outra ambigüidade que deve ser fundamentalmente desfeita diz respeito aos movimentos guerrilheiros. O fato da área em questão ser reduto do movimento armado guerrilheiro ELN não a isenta da presença das FARC-EP que realizam uma série de atividades em conjunto na região e impõe um complexo sistema de mediações com a grande economia extrativista. Apesar de algumas diferenças programáticas e táticas, os movimentos do ELN e das FARC-EP oficializaram recentemente sua associação na região (BUITRAGO, 2004, p.4) justificada principalmente em virtude do avanço dos exércitos paramilitares sobre a Região.

A região estudada será doravante denominada “Petrolífera” devido à importância de suas reservas e poços ativos de extração de Petróleo, Carvão e Gás Natural. Essa porção do país reúne os mais extensos campos de

hidrocarbonetos do país, sendo explorada desde o início do século. Conseqüentemente, é a partir dessa localização que parte uma importante rede de oleodutos que destinam a produção, principalmente a do petróleo, para os centros petroquímicos (onde o produto é refinado) ou para os portos exportadores. Os hidrocarbonetos têm, cada vez mais, ocupado lugar determinante na pauta de exportações colombianas (MONDRAGÓN, 1999, p. 63), respondendo com uma das principais fontes de riquezas nacionais.

Outro critério fundamental para orientar a definição da Região refere-se, como nos referimos no capítulo anterior, ao papel desempenhado pelos movimentos armados responsáveis por organizar, em conformidade com seus interesses, uma série de parâmetros da vida econômica e social da Região. É necessário que se tenha em mente o papel estratégico desempenhado pelas guerrilhas desde meados da década de 90. Diante da incapacidade (de imediato) de levar a cabo o projeto de tomada do poder nacional, as organizações guerrilheiras passaram a organizar suas atividades para o controle de porções definidas do espaço nacional, adotando, nesse sentido, uma estratégia com “Objetivo regional” (SUARÉZ, 1999, p. 29), visando a obtenção de recursos e o estabelecimento de redutos de legitimidade e apoio político.

Feitas as devidas considerações, podemos pensar o espaço regional petrolífero como sendo composto pelos departamentos de Arauca, Casanare, Santander e Norte de Santander (ver mapa), responsáveis por concentrar a maior parte das atividades extrativistas do país. É também a partir desses departamentos que partem os principais oleodutos do país, como o caso do Cano Limon-Covenas, responsável por movimentar grande parte do óleo que abastece o complexo de refinarias de Barrancabermeja.

Por fim, faz-se necessária novamente uma ressalva, no sentido de atentar para o sentido analítico da Região, aqui entendida como um ente social e político, cercado de contornos amplos, flexíveis e de difícil delimitação precisa¹. É sobre esse quadro regional estruturado em torno da economia dos

¹ Qualquer tentativa em estabelecer contornos precisos a essa região incorreria, a nosso ver, no erro de encarcerar a análise ao supor o quadro regional como um elemento estático, indiferente às dinâmicas sociais e à mobilidade das organizações guerrilheiras. Corre-se, nesse sentido, o risco de estabelecer características quase “naturais” à região.

hidrocarbonetos e organizado pelo poder guerrilheiro que passaremos a nos debruçar adiante.

A justificativa analítica para a adoção do recorte regional proposto encontra sua origem na diversidade e complexidade de realidades passíveis de serem observadas. A suposta unidade e principalmente, a homogeneidade, freqüentemente atribuída aos territórios nacionais são aqui postas por terra, na medida em que uma leitura atenta do território colombiano revela espaços dominados por dinâmicas políticas e econômicas peculiares e distintas da totalidade nacional. Encontram-se aqui espaços amplamente integrados à economia nacional e principalmente à economia internacional, capazes de desempenhar um importante papel no fornecimento de hidrocarbonetos para os mercados internos e externos. Se a organização regional em questão apresenta-se carregada de sentido e coerência quando observada na escala nacional ou mundial, o mesmo não se pode dizer de uma observação centrada na escala regional. Nesta perspectiva, a economia dos hidrocarbonetos revela-se como responsável por uma notável desordem nas formas políticas e econômicas precedentes. É deste caráter desordenado que se verá emergir uma série de conflitos envolvendo agentes diversos, desde indígenas e colonos, até grandes empresas multinacionais e organizações guerrilheiras (responsáveis por novas formas de ordenamento político). É sobre a análise dessa realidade conflituosa, repleta de aspectos de ordem e desordem, que nos debruçaremos ao longo do presente capítulo.

Dinâmica Regional e Petróleo

Apesar da importância colonial representada pelo território colombiano, os processos que deram origem à atual configuração sócio-política do país, tiveram sua origem apenas no século vinte. A apropriação do espaço colombiano se deu de forma desigual, centrada principalmente no espaço natural denominado altiplano (áreas planas situadas entre a porção oriental e ocidental da cordilheira dos Andes), de modo que os espaços contidos no quadro físico do “Llano” (planícies amazônicas situadas na porção leste do

território) conheceram uma ocupação marginal e desordenada. Pode-se, conforme autores como Mesa (1999, p.45), pensar o espaço colombiano como uma composição de dois “países” distintos, representados pela porção do Altiplano, densamente ocupada e povoada, e a porção Amazônica, relegada a uma ocupação tímida e irregular de suas terras, desconectadas de grande parte dos canais de integração em relação ao resto do país.

A compreensão de que o espaço colombiano encontra-se profundamente fragmentado é ainda reforçada por autores como Currea-Lugo (1999, p. 17) e Montana (1999, p. 55) que destacam o caráter de “insularidade” encontrado na sociedade colombiana, descrita por estes como um mosaico de realidades regionais, pouco articuladas entre si. O próprio Currea-Lugo freqüentemente atribui a expressão “*as várias Colômbias*” ao contexto fragmentário e regionalista observável no país. A importância fundamental em reconhecer o caráter descentralizado da realidade colombiana repousa, fundamentalmente, no papel primordial tradicionalmente exercido pelas forças regionais na conformação da vida política e social. Embora a presença das guerrilhas como entidades estruturadoras da política regional seja relativamente recente, a tradição de regionalismos acompanha os processos de ocupação desde o início do século XX, com o predomínio de estruturas caudilhistas de poder, muitas vezes para além das normas nacionais.

A Região Petrolífera em questão representa um dos mais ilustrativos exemplos dessa realidade fragmentária e regionalista. Sua ocupação se deu, primeiramente, com a expansão da pecuária no início do século XX, responsável por constituir grandes latifúndios e uma elite de coronéis responsável pelo exercício do poder local. Apesar da amplitude desses espaços, a ocupação promovida pela pecuária representou uma forma marginal de inclusão desse espaço na totalidade nacional, sendo sua orientação basicamente determinada pelos anseios do Estado em consolidar suas fronteiras e garantir a coesão territorial do país.

O ciclo econômico que viria realmente revolucionar a dinâmica regional veio por volta da década XX, com a descoberta das reservas de petróleo. Esse é o vetor responsável pelas mais profundas transformações no espaço regional, capaz de modificar radicalmente o sentido desse espaço. Junto à atividade de extração do petróleo vieram a grandes empresas multinacionais

(ROJAS, 2000, p.70). A Standart Oil Corporation dos Rockefeller foi a primeira de uma série de grandes empresas que passariam a disputar o cobiçado recurso, cada vez mais presente na pauta das exportações colombianas. Em seguida viriam a Texaco e a British Petroleum (BP), dentre outras empresas, que na lógica de um mundo dominado pela expansão do Imperialismo², viam na Colômbia não só uma importante fonte de matéria prima para a industrialização dos países ricos, mas também uma excelente oportunidade de explorar, de forma direta, o crescente mercado interno colombiano.

A explosão da atividade mineradora extrativa transformou radicalmente a região ao inserir uma economia quase estagnada (pecuária extensiva) numa nova dinâmica sintonizada com as demandas de um capitalismo de aspirações cada vez mais mundiais. É a partir deste fato que podemos identificar a crescente inserção da região na chamada “divisão internacional do trabalho” (MESA, 1999, p.187) decorrente dos processos de expansão e de complexização da economia capitalista ao longo do século XX. Todo o processo de estabelecimento da atividade petrolífera culminou numa série de modernizações que trouxeram a expansão rodoviária e a construção de uma rede nacional de oleodutos. Além disso, o país viu crescer os ingressos provenientes de suas crescentes exportações destinadas principalmente aos mercados americanos. Também foi gerada uma série de empregos, principalmente com a entrada do capital estatal no setor.

O surto de crescimento experimentado pela região, entretanto, esteve longe de se instalar de forma harmônica ou pacífica. Muito pelo contrário, são diversos os impactos de ordem ambiental e principalmente social que acometeram a região.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que os territórios considerados “vazios” pelo Estado colombiano eram, na verdade, ocupados por uma densa mata amazônica, fonte de sobrevivência de diversos grupos indígenas, primeiros habitantes da área. A expansão da atividade petrolífera deu-se de forma extremamente autoritária no que diz respeito aos direitos ou interesses

² Lênin (1986, p.) definiu as principais características do processo de Imperialismo, identificado por este autor como a fase mais elaborada do desenvolvimento capitalista. Um dos aspectos principais elencado por Lenin como fundamento para diferenciar o Imperialismo do colonialismo clássico, refere-se ao fato de que este último, orientava-se pela simples exportação de mercadorias, ao passo que o Imperialismo descrito em Lênin exportava não só mercadorias, mas principalmente capitais.

desses grupos indígenas. Fora, na verdade, um enorme processo de expropriação das terras indígenas que, por acaso, situavam-se junto às reservas de petróleo (este já conhecido pelas tribos que o chamavam “sangre de la tierra”). Muitos indígenas foram expulsos de suas terras e migraram em direção às cidades ou simplesmente morreram de fome perante a destruição dos ecossistemas de que faziam parte. Os casos de resistência também foram bastante frequentes e geralmente tratados de forma violenta por parte do Estado que garantia, através de decreto de lei, o uso do aparato repressivo contra as tribos ousassem questionar a expansão da economia petrolífera (ROJAS, 2000, p 74). São numerosos os relatos de abusos e massacres contra populações indígenas em autores como LEECH (2002, p. 56), ROJAS (2000, p. 75) e VELÁSQUEZ (1999, p. 7). Dentre os mais emblemáticos exemplos podemos citar o massacre indígena de Barrancabermeja, hoje principal pólo petroquímico do país, e o caso dos “U’ wa”, grupo étnico indígena perseguido por milícias paramilitares financiadas pela British Petroleum (LEECH, 2002, p. 56).

Um segundo impacto de grande intensidade na vida regional deveu-se ao surgimento de um enorme fluxo migratório em direção às terras onde o petróleo havia sido descoberto. Milhares de pessoas abandonaram as periferias das grandes cidades e mesmo suas pequenas propriedades agrícolas para buscar sustento na economia do petróleo. Muitos vieram em busca dos empregos de caráter temporário oferecidos pelas grandes obras de engenharia como construção de estradas e oleodutos. Encerrado o período de construção, grande parte desta força de trabalho viu-se desempregada e impelida a ocupar terras próximas aos canteiros de obras, tornando-se assim posseiros. Com isso, acirrava-se ainda mais a pressão sobre os remanescentes indígenas, fato que contribuía para a eclosão de um conflito entre indígenas e colonos (ROJAS, 2000, p. 75) que buscam sua sobrevivência nas margens da lucrativa economia do petróleo.

Outro importante desdobramento da expansão da economia do petróleo na região faz referencia à crescente concentração dos meios de produção nas mãos de um punhado restrito de grandes empresas, dentre as quais se destacam as grandes multinacionais. A centralização crescente do aparato produtivo resulta num monopólio, por parte destas empresas, do uso dos

grandes sistemas de engenharia envolvidos na produção e circulação dos recursos petrolíferos. MESA (1999, p.49) nos chama a atenção para o fato de que *“há muito tempo as empresas multinacionais controlam as redes presentes no território colombiano”*. A mesma autora nos cita também (Idem, p.49) o caso da United Fruit Corporation (também do grupo Rockefeller) que desde o início do século exercia grande poder sobre os produtores de banana do vale do rio Urabá através do controle dos canais de irrigação, fato que evidencia o caráter conflituoso da acelerada modernização capitalista do campo colombiano.

MONDRAGÓN (1999, p.61) nos chama atenção para o fato de que à expansão da atuação das grandes corporações corresponde uma crescente pressão sobre as populações locais. Dessa forma, o autor identifica o atual conflito como sendo o conflito entre *“populações locais e grandes sistemas de engenharia”* e que este processo tem resultado na expulsão massiva da população pobre, vista, conforme o autor, como um mecanismo de *“limpeza do território”* (p. 62) de forma que os territórios de interesse das corporações são esvaziados, seja através das forças de segurança pública, seja através do financiamento aos exércitos mercenários paramilitares, como veremos mais a frente. A este fenômeno, o mesmo MONDRAGÓN (1999, p.64) denomina *“Privatização da expropriação”* na medida em que os interesses forâneos se superpõem aos interesses das populações locais na estruturação de processos espaciais. Na maioria dos casos, o resultado é expulsão dos indígenas e colonos de suas terras e sua completa exclusão das benesses advindas da lucrativa economia do petróleo.

A atividade de extrativismo de petróleo na região em questão sustenta-se num território seletivamente munido de uma série infraestruturas responsáveis pela extração, transporte, refino e exportação de petróleo e gás natural. Conhecer, de forma mais cuidadosa a atual configuração dessa economia, torna-se tarefa fundamental para compreender a relação de poder *sui generis* que se estabelece na região por conta das imposições dos grupos guerrilheiros.

Configuração Territorial da Economia do Petróleo

Se retomarmos a proposta de compreensão da realidade através da interpretação do espaço, devemos, novamente, atentar para o chamado “*caráter híbrido*” do espaço geográfico, sendo este definido como “*um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*” (SANTOS, 1996, p. 36). Esta definição proposta pelo geógrafo Milton Santos considera o espaço em seu duplo caráter: Uma ampla gama de processos sociais que condicionam e são condicionados por uma série objetos definidos em sua existência material. Chama-se “configuração territorial” esse conjunto de objetos manifestos em sua existência material. A configuração territorial é parte fundamental do espaço sem que seja, de forma alguma, o próprio espaço, cujos significados só são atribuídos pelas dinâmicas sociais recorrentes.

Pensar a configuração territorial da produção petrolífera colombiana significa explicitar os principais sistemas de engenharia e outros pontos fundamentais na extração e circulação dos recursos em questão.

A Colômbia tem assistido a um papel crescente desempenhado pelos hidrocarbonetos na composição de sua pauta de exportações. As grandes reservas colombianas distribuem-se ao longo de todo o sopé da cordilheira dos Andes e se espalham em direção à bacia amazônica. Embora as reservas atinjam uma ampla faixa do país, chegando até departamentos no extremo sul, como no caso do Putumayo, a maior parte da atividade encontra-se concentrada nos departamentos da porção nordeste (Casanare, Arauca e Norte de Santander) em virtude da maior proximidade das reservas com relação aos centros processadores e exportadores. É no departamento de Arauca que se situa a maior reserva do país, no campo conhecido como Arauquita (MESA, 1999, p.114), de onde também se origina o maior oleoduto do país, o Cano Limón-Covenas.

Não por acaso, a maior parte dos oleodutos encontra sua origem na região em questão. A maior parte dos oleodutos segue em direção aos centros petroquímicos de Barrancabermeja e Barranquilla, sendo este último também o principal porto exportador de hidrocarbonetos.

É sobre parte do complexo econômico anteriormente descrito que se consolidou a influência dos grupos guerrilheiros.

Guerrilhas e Poder Regional

Conforme afirmamos anteriormente, o compartimento espacial a que nos referimos como “Região Petrolífera” não encontra seu fundamento na simples presença das atividades ou infra-estruturas referentes à extração do petróleo. Como dissemos anteriormente, a região é acima de tudo uma escala de análise cuja origem repousa em características políticas peculiares, capazes de quebrar a homogeneidade desejada pelo Estado nacional. Daí a observação que resulta na conclusão de que, de forma similar ao que acontece na “Região Cocaleira”, a estruturação da “Região Petrolífera” responde a um exercício de poder não oficial por parte dos movimentos de guerrilha, responsáveis por conferir uma organização distinta daquela preconizada pela normatividade nacional. Resulta daí uma série de relações de poder exercidas com base na coerção das armas dos guerrilheiros das FARC-EP e do ELN.

Diferentemente da “Região Cocaleira”, reduto das guerrilhas das FARC-EP, a “Região Petrolífera” assiste também à presença das guerrilhas do Exército de Libertação Nacional, ou simplesmente ELN, que encontra nas regiões petrolíferas seu reduto. Apesar de seu programa alinhado com uma concepção de socialismo muito similar àquela defendida pelas FARC-EP, algumas diferenças históricas, geográficas e táticas fazem com que estas duas persistam existindo como grupos separados. Tal fato, entretanto, não impede uma estreita colaboração entre as duas organizações guerrilheiras, que atuam cada vez mais em conjunto sobre a região.

Se a história das FARC-EP remonta ao movimento das resistências camponesas e da criação das repúblicas independentes, e, posteriormente, das autodefesas camponesas, o caso do ELN nos conduz a analisar uma das mais controversas táticas utilizadas pelos movimentos revolucionários. O chamado “foquismo” (LEECH, 2002, p 14). teorizado (e posto em prática) por Che Guevara e Régis Debray, foi a linha teórica que permitiu a instalação da

guerrilha do ELN. Esta concepção tática (e também política) sobre os rumos da revolução preconiza a idéia de que a revolução armada encontraria grandes dificuldades para florescer no âmbito das massas, sendo desejável a instalação de focos de guerrilheiros excepcionalmente bem treinados e armados que constituiriam bastiões a partir dos quais seria irradiada a revolução. O Foquismo, desta forma, representa uma ruptura em relações aos paradigmas clássicos do marxismo-leninismo, nos quais a revolução se originaria de um partido democraticamente centralizado e responsável pelo exercício de uma função de vanguarda em relação ao movimento operário. Ainda a partir desse raciocínio, é possível que observemos o caráter preferencialmente urbano das táticas leninistas, amplamente fundamentadas no sindicalismo, nos conselhos operários e na exacerbação dos limites políticos da democracia burguesa.

A idéia do foquismo remonta à observação feita por Guevara e Debray acerca da realidade concreta da América Latina nas décadas de 50 e 60. Enquanto a teoria de revolução encontrada em Marx, e principalmente em Lênin, tinha como horizonte imediato de ação a democracia burguesa, a realidade latino-americana dificultava a simples transposição dessas teorias. A América Latina da década de 50 vive uma situação de predomínio de população camponesa e as classes operárias representavam apenas um pequeno e pouco mobilizado segmento de classe. Os camponeses, diferentemente dos operários, tinham, em sua grande maioria, uma visão mais estreita (ou até mais conservadora) acerca da política, o que tornava indispensável, conforme as observações de Debray, a existência de um foco vanguardista capaz de elevar rapidamente o nível de consciência política das massas camponesas. Além disso, o quadro da chamada política formal era bastante distinto das democracias burguesas vivenciadas nos países de industrialização antiga. A maioria dos países latino-americanos encontrava-se sob a ação de ditaduras repressoras, que minavam grande parte das possibilidades de luta dentro dos aparatos da democracia formal. Soma-se a isso a conjuntura internacional marcada pela guerra fria e pelo temor de expansão do poder soviético em escala global (MEDINA, 2001, p.9), fato que levou o governo dos Estados Unidos a pressionar o governo colombiano a adotar a chamada “doutrina de segurança nacional” que passaria a ser incorporada em legislação, a exemplo de diversos países latinos. Através

dessa legislação, os diversos países adotavam uma normatividade interna americana desenvolvida com o intuito conter as organizações capazes de ameaçar a ordem estabelecida.

Uma outra consideração fundamental para o entendimento da organização guerrilheira do ELN é o fato de que suas origens encontram-se numa ideologia bastante difundida na década de 50 e 60 no campo de diversos países latino-americanos, a chamada “teologia da libertação”. Considerada como o setor “à esquerda” da igreja católica, a corrente influenciou profundamente as lutas camponesas na América latina. A organização do ELN remonta a uma aliança entre diversos setores da sociedade e define-se da seguinte forma³:

EL EJÉRCITO DE LIBERACIÓN NACIONAL DE COLOMBIA es una organización insurgente, de carácter político-militar, inspirada en el marxismo-leninismo y en sus principios organizativos que le da especial importancia a la democracia interna, al respeto por las masas, a la defensa del interés nacional y la solidaridad internacional.

E quanto a sua composição, define-se como:

Surgida de las entrañas populares en las luchas por los intereses de los trabajadores, los campesinos, los estudiantes y los pobladores de las barriadas pobres en la década del 60, enfrentando la estructura de poder imperante para viabilizar las transformaciones políticas, económicas y sociales que materialicen el nuevo país donde las mayorías nacionales sean constructoras de su futuro y la riqueza se ponga en función del bienestar de todos.

Estima-se que atualmente o ELN tenha cerca de cinco mil soldados, concentrados principalmente nos departamentos do leste e centro do país. Durante grande parte do período que separa sua fundação até os dias de hoje, o movimento esteve restrito ao seu caráter de foco, contando com cerca de 500 membros apenas até o final da década de 80. Assim como as FARC-EP, a década de noventa impactou de forma decisiva no ritmo de crescimento da organização. O movimento conheceu uma rápida expansão na década de 90 e

³ Conforme a definição retirada do site oficial do ELN: WWW.ELN-VOCES.COM

graças aos recursos extraídos principalmente da economia do petróleo (MESA, 1999, p.162), ganhou presença nacional e tornou-se a segunda maior guerrilha do país. A entrada de recursos oriundos do bilionário negócio dos hidrocarbonetos impulsionou de forma decisiva o crescimento dos efetivos na medida em que proporcionou um incremento na qualidade dos armamentos e equipamentos, e a possibilidade de pagamento de soldos aos membros ativos.

A expansão numérica e qualitativa da guerrilha do ELN na década de noventa resultou também em uma expansão no espaço de atuação da guerrilha, que passou a consolidar áreas cada vez mais definidas de atuação de poder, espaços sobre os quais a autoridade estatal apresenta um poder incompleto, com a quase completa ausência das redes estatais na região. De forma similar às FARC-EP, o ELN assistiu uma passagem a uma nova forma de organização estratégica e militar distinta da tática móvel utilizada anteriormente: a busca pelo controle regional, da qual resulta também o controle sobre a economia e circulação de recursos.

Para que possa consolidar o controle dos territórios pelos quais circulam os recursos regionais, o movimento guerrilheiro parece compreender o sentido e a profundidade da afirmação de Claude Raffestin (RAFFESTIN, 1993, p. 25) de que *“a circulação é a imagem do poder”*. Daí pode-se inferir que o controle de amplas parcelas do território pelas guerrilhas das FARC-EP e do ELN tem sua origem no mecanismo desenvolvido por estes movimentos para controlar as redes fundamentais para a movimentação da economia, de forma que a busca pelo controle das infra-estruturas de comunicação e transporte se torna o elemento central na tática do movimento. É através do poder exercido sobre as infra-estruturas que os guerrilheiros podem praticar os chamados “impostos de guerra” cobrados pela guerrilha na forma de pedágios nas estradas, além das ameaças de ataques a oleodutos das empresas multinacionais, que resultam em valorosos ingressos para as guerrilhas. Além disso, o controle das estradas por parte dos guerrilheiros permite a prática de uma modalidade de arrecadação dotada de sentido político. O seqüestro de executivos de grandes organizações permite, não só a arrecadação de fundos, mas principalmente a possibilidade de negociar com o governo em posição mais vantajosa condições, por exemplo, para a soltura de militantes presos pelas forças de segurança. Além disso, através do seqüestro as guerrilhas podem obter algum

espaço para extensão da luta política na televisão, através de vídeos por meio dos quais o movimento divulga suas exigências em cadeia nacional.

Ainda no que diz respeito às formas de financiamento, MEDINA (2001, p.89) aponta três níveis distintos em que estas podem se manifestar: Um nível simbiótico, no qual se encontram as formas de arrecadação de que se beneficiam os guerrilheiros e os camponeses associados (como no caso da coca discutido em capítulo anterior); Um nível parasitários, como no caso da cobrança de impostos sobre a produção petrolífera, sob pena explosão de oleodutos ou seqüestro de funcionários; E um terceiro nível descrito como predatório em referencia aos assaltos, seqüestros e outras medidas de caráter expropriador.

A prática da guerrilha responsável por conformar uma organização de poder peculiar, *centrífuga* em relação às normas impostas pelo Estado nacional, resulta num processo de regionalização, do qual se origina uma nova compartimentação do espaço, uma fragmentação em relação à totalidade nacional. O resultado desse processo é um espaço marcado por relações de poder subordinadas à organização da guerrilha que passa intervir intensamente na vida econômica e mesmo cotidiana das regiões se instala. São freqüentes as narrativas de que as guerrilhas tomam cidades, depõe prefeitos, e impõe normas de funcionamento da vida civil. Muitos vilarejos, marcados pelas altas taxas de homicídios decorrentes de violência particular, foram drasticamente pacificados pela presença das guerrilhas.

Em referencia às modalidades de controle sobre o espaço exercidas pelos movimentos armados, (ORTIZ, 2001, p.63), classifica em quatro os cenários de atuação das guerrilhas. O primeiro tipo de cenário seria a constituição de “zonas de captação de recursos”, referentes aos espaços dos quais os movimentos armados extraem seu sustento material. O segundo cenário, seria composto pelos espaços nos quais o movimento encontra respaldo, legitimidade ou apoio político junto às populações locais. O terceiro cenário seria composto pelos espaços de operação armada, seguido de um quarto espaço, referente às áreas utilizadas para descanso e restabelecimento de tropas.

Muitos autores criticam a atuação das guerrilhas e apontam uma suposta perda de seu projeto político e sua ruptura com os anseios das classes

trabalhadoras. É o caso de ORTIZ (2001, p. 68) quando este afirma que “a atuação das guerrilhas impede a conformação de organizações populares autônomas”. Esta mesma afirmação parece bastante contraditória se observarmos a formação de “bolsões de legitimidade” (SUÁREZ, 1999, p. 31) onde grande parte da população vive em relativa harmonia com a guerrilha. É ainda mais contraditória quando contrastada com o cenário de violência política e incapacidade do Estado em garantir acesso aos canais de poder por parte da população que vivencia uma variante extremamente débil de democracia, na qual as perseguições e assassinatos de sindicalistas, líderes políticos, intelectuais de esquerda e ativistas ambientais constituem-se a via de regra. É inegável o papel político desempenhado por parte da guerrilha na defesa de interesses populares além do alcance das organizações não armadas, sujeitas à violência do próprio exército ou dos grupos militares, responsáveis por mais 75% das mortes violentas no país (LEECH, 2002, p.53).

Nos parece deveras complicada uma simples identificação entre os projetos das classes oprimidas e a atuação da guerrilha, ao ponto de se afirmar que as guerrilhas existam simplesmente como uma forma de reivindicação e organização de classe. Entretanto, não pode ser desprezado o importante papel político desempenhado pelas guerrilhas numa sociedade onde os canais de participação política encontram-se completamente inacessíveis às classes populares. O uso sistemático da violência por parte das forças oficiais contra os movimentos populares colombianos tornou-se via de regra desde a década de 50 e os discursos alinhados com a bipolarização do mundo. Nesse contexto, amadureceu uma lógica de criminalização dos movimentos sociais, vistos em sua grande maioria como formas de subversão identificadas com o socialismo e com o radicalismo cristão.

O panorama da democracia colombiana revela uma situação de exacerbação das contradições de classe, na qual a violência estatal desempenha papel fundamental no anseio de conservação da ordem vigente. A democracia, freqüentemente analisada como uma forma arquetípica de governo “o mais justo possível” manifesta-se, na Colômbia, bem como em diversos outros países da América, na forma de “democracias incompletas” ou de “de fachada” incapazes de representar os interesses políticos das maiorias despossuídas ou mesmo de garantir os direitos sociais básicos expressos na

constituição. Mesmo a liberdade de organização partidária é amplamente posta em cheque pela violência particular (violência que pouco parece preocupar o Estado) imposta pelos grupos paramilitares, como no caso da “União Patriótica”, partido conformado por simpatizantes da esquerda e guerrilheiros desmobilizados e que foi duramente reprimido pelas forças paramilitares. Mesmo num dos poucos aspectos que poderiam aproximar o sistema político colombiano de uma democracia “de fato”, a realização de eleições diretas, conta com elevadíssimos índices de abstenção (o voto não é obrigatório), fato que indica reforça a situação de descrença generalizada nas instituições colombianas oficiais.

A situação política colombiana conforme descrita acima se revela um espaço de acirramento da política, transmutada em sua forma mais exacerbada, a luta armada, a guerra, nos dizeres célebres de Clausewitz, a continuação da política por outros meios. A origem das guerrilhas do ELN e das FARC-EP respondeu a um processo de intensa marginalização e perseguição dos espectros políticos “de esquerda”⁴. Embora as características conjunturais que deram origem aos movimentos de guerrilha sejam bastante distintas das atuais, é possível que se identifique, ainda hoje, diversas características estruturais, como as anteriormente apontadas, responsáveis por fazer da política armada uma das mais (senão a mais) difundidas formas de política no contexto colombiano. As sucessivas perseguições a que estão sujeitos camponeses, líderes comunitários e sindicais, lideranças indígenas, ativistas ambientais, jornalistas, intelectuais e todo e qualquer militante ou simpatizante das correntes políticas “de esquerda” apóiam-se geralmente na suposição de que qualquer movimento político de ordem popular reivindicatória esteja ligado com as guerrilhas. Dessa forma, o desenvolvimento de organizações políticas autônomas fica amplamente dificultado, e a participação dos projetos políticos capazes de atender ao interesse das classes trabalhadoras encontra como única forma de respaldo a organização das guerrilhas, que por sua estrutura militarizada, conseguem manter seu papel de importante força política no cenário colombiano.

⁴ Os exemplos mais célebres encontram-se na ditadura do general Rojas Pinillas onde ocorreu o movimento de repressão às repúblicas independentes de camponeses e proibição seguida da perseguição dos membros do partido comunista colombiano que teria uma parte significativa de seus quadros envolvidos na clandestinidade e nos movimentos camponeses.

Para completar a descrição do caótico cenário de generalização da violência enquanto forma de política, seja na totalidade do território colombiano, seja na região petrolífera devemos discutir o surgimento do fenômeno do Paramilitarismo, que pode ser caracterizado pelo surgimento de numerosos exércitos particulares compromissados com a defesa dos interesses privatistas de diversos setores econômicos em relação à ameaça da guerrilha. A análise a respeito da atuação desses movimentos poderá nos evidenciar o caráter classista contido nos conflitos armados colombianos, ante ao aparente estado de “*guerra de longa duração*” descrito em LAIR, E (1999, p. 69).

Paramilitarismo, Interesses Privados e Imperialismo

A compreensão do fenômeno do “paramilitarismo” com a respectiva criação de numerosos exércitos mercenários tem sido analisada por grande parte dos estudiosos do conflito colombiano como sendo um resultado dos interesses regionais dos grandes pecuaristas e narcotraficantes em conjunção com os interesses das grandes corporações multinacionais (CALDERÓN, 1999, p.102). São, por isso, geralmente descritas como forças de preservação das estruturas regionalistas de poder e podem ser caracterizadas como forças comprometidas com o combate às guerrilhas e a sua respectiva influência sobre as atividades econômicas regionais, além de desempenharem a função de exércitos privados a serviço dos grandes pecuaristas e narcotraficantes. Também são freqüentes as atividades de “pistolagem”, ou seja, execuções encomendadas de funcionários públicos ou delatores do tráfico de drogas. São compostos por homens excepcionalmente bem armados e treinados, muitos deles originários das próprias forças de segurança pública (CURREA-LUGO, 1999, p. 20) (tanto polícia quanto exército), atraídos pelos salários superiores e pelas conseqüentes possibilidades de ascensão social.

A origem dos grupos paramilitares remonta principalmente ao final da década de 80, quando a guerrilha lançou uma série de ataques e seqüestros contra membros dos grandes cartéis narcotraficantes, que resultaram na criação do MAS (LEECH, 2002, p.19) ou “Morte aos Seqüestradores”, primeiro

exército paramilitar, nascido com a incumbência de combater toda e qualquer manifestação da guerrilha ou qualquer outra forma de organização considerada subversiva. A partir da criação do MAS, outros diversos grupos paramilitares passaram a se constituir em torno da defesa de interesses privatistas. Foi apenas na década de 90 que esses grupos conseguiram romper seu isolamento e caráter regional no sentido de constituir um grande exército de paramilitares unificado (VELÁSQUEZ, 1999, p.8), conhecido atualmente como “Autodefesas Unidas da Colômbia”, ou simplesmente AUC, cuja composição numérica é estimada entre doze e vinte mil soldados, distribuídos na maioria dos departamentos colombianos.

A análise da atuação dos diversos movimentos armados de tipo paramilitar nos chama prontamente a atenção para fato de que esses exércitos, apesar de procurarem justificativas de cunho político ideológico para suas ações, exercem um papel mercenário, disponibilizando seus serviços aos interesses de diversos grupos e agentes econômicos. Um dos principais financiadores dos exércitos privados têm sido os latifundiários pecuaristas e os grandes narcotraficantes (dois grupos que freqüentemente se confundem, uma vez que grande parte do dinheiro do narcotráfico é “lavada” através da compra de terras). Os grandes pecuaristas e narcotraficantes são também bastante próximos no que diz respeito a sua visão nacionalista e conservadora de mundo, responsável por conceber a guerrilha como maior ameaça à manutenção de uma ordem baseada na apropriação privada da riqueza e na concentração de amplas parcelas de terras. Além do caráter ideológico das atuações da guerrilha, a ameaça em que esta vem se constituindo repousa no fato de que as imposições dos guerrilheiros recaem diretamente sobre os latifundiários mediante a cobrança de impostos de guerra sobre a produção agrícola em geral.

Uma segunda e cada vez mais significativa fonte de financiamento dos esquadrões paramilitares encontra sua origem nas grandes companhias transnacionais interessadas em proteger a infra-estrutura (CALDERÓN, 1999, p. 102), principalmente aquela pertinente à extração e transporte de hidrocarbonetos. Empresas como a Texaco, British Petroleum e Coca-Cola são algumas das mais famosas acusadas de financiamento e envolvimento com o paramilitarismo (Idem, p.102). Além da proteção dos oleodutos, muitas vezes

os grupos paramilitares tem a função de garantir a segurança de determinadas horas e impedir o seqüestro de executivos das grandes empresas, bastante visados pelos guerrilheiros pela sua importância enquanto “moeda de troca” (BUIRAGO, 2004, p. 4) de prisioneiros e forma de incremento de recursos e armas.

O complexo de interesses que dá vida ao fenômeno do paramilitarismo não pode ser entendido apenas pela simples conjunção dos interesses do “narcolatifúndio” em associação com os interesses das grandes corporações, havendo necessidade de se considerar a forma perniciosa com que o Estado colombiano vem lidando com as questões referentes aos grupos armados. No caso das guerrilhas de esquerda, consideradas subversivas, portadoras de um projeto de transformação radical da sociedade e responsáveis por ameaçar cada vez mais o “monopólio legítimo” da violência nas mãos do Estado, o tratamento é implacável. Repressão violenta a toda e qualquer forma de apoio e a recusa em aceitar as menores condições para negociação são algumas das marcas dessa atuação. No que diz respeito ao paramilitarismo, entretanto, não parece que este realmente ameace o monopólio da força por parte do Estado, na medida em que o tratamento dado a esses grupos tem sido extremamente leniente e que o grau de imbricação das forças públicas em relação aos exércitos paramilitares tem criado uma situação de convivência, e até de conveniência, do Estado para como os exércitos paramilitares.

A compreensão do papel desempenhado pelo Estado colombiano na repressão às guerrilhas, e no respectivo descaso com relação aos grupos paramilitares, deve também levar em consideração a crescente influência dos Estados Unidos na articulação de políticas de combate aos movimentos armados colombianos. Há muitos anos as guerrilhas têm preocupado os EUA, em especial nos últimos 15 anos, nos quais conheceu um incremento brutal de recursos e pessoal. Nesse sentido, a administração do democrata Bill Clinton lançou o plano conhecido como “iniciativa andina” que teria como justificativa principal o desejo de combater o Narcotráfico em seus países de origem. Durante o governo Bush, as políticas anteriormente descritas foram reforçadas e radicalizadas como a transformação da “iniciativa andina” no plano Colômbia, que passara não só a enxergar as guerrilhas como agentes fundamentais do narcotráfico, mas também como portadoras da designação “terrorista” devida

aos ataques contra infra-estruturas e os seqüestros de políticos e empresários praticados pelas guerrilhas. Com o desenrolar dos fatos posteriores aos atentados de 11 de setembro, o governo colombiano e outros latino-americanos foram pressionados para reconhecerem os grupos armados como terroristas, numa postura de caráter exemplar, capaz de retirar a possibilidade legal de reconhecimento das guerrilhas enquanto força beligerante, situação capaz de garantir uma série de regras e termos de negociação.

No que diz respeito aos exércitos paramilitares, o reconhecimento por parte do governo dos Estados Unidos de sua condição “terrorista”, não tem sido suficiente para que sejam tomadas medidas de rigidez comparável às praticadas em relação às guerrilhas. São freqüentes as acusações de cooperação de empresas americanas no treinamento e preparação dos paramilitares colombianos (bem como no financiamento) como no caso da atuação de empresas privadas de segurança como a Dynacorp (LEECH, 2002, p. 65). Os paramilitares têm desempenhado um papel bastante funcional aos interesses dos Estados Unidos na medida em que representam a manutenção da ordem vigente (CALDERÓN, 1999, p.102) e protegem as infra-estruturas econômicas de modo a proteger os vultosos lucros obtidos pelas grandes multinacionais.

Acredita-se, finalmente (Idem, p.102), que cada vez mais, o interesse dos EUA em financiar o combate à subversão, origine-se nas preocupações em garantir a continuidade da produção de petróleo e seus derivados. Com as crescentes instabilidades no Oriente Médio e Rússia a América Latina vem se tornando cada vez mais objeto da cobiça americana, principalmente no que diz respeito à região nordeste colombiana, que faz fronteira com os grandes campos venezuelanos de produção de petróleo.

A análise do complexo regional petrolífero, assim como análise precedente (focada na região cocaleira) demonstrada acima é responsável por evidenciar o caráter contraditório das regiões colombianas, fragmentadas em relação à totalidade do espaço nacional, mas profundamente inseridas numa totalidade de alcance global, identificada com o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial. É também na análise das regiões em questão que se pode contemplar o conflito entre as grandes atividades econômicas, capazes de movimentar incomensuráveis somas e a

situação de extrema penúria a que estão submetidas as classes trabalhadoras, camponeses e indígenas, alienados de seu próprio espaço, e empurrados para a guerrilha como única alternativa viável de exercício da política. Ante ao exposto, será de grande proveito que tomemos as palavras de MEDINA (2001, p. 63) para buscar conclusões acerca dos fenômenos apresentados: *“A Colômbia não tem guerra por causa da pobreza, mas sim por causa da riqueza”*.

4- CONCLUSÕES

A partir da análise do funcionamento interno e da dinâmica das regiões discutidas anteriormente podemos finalmente atingir algumas conclusões fundamentais acerca do significado da inserção de tais regiões na totalidade representada pelo modo de produção capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento. O espaço será aqui retomado como ponto de vista primordial para a constituição e comprovação de fenômenos revelados ao longo da pesquisa. Conforme já havíamos argumentado anteriormente, a concepção de espaço presente em nosso trabalho preconiza a idéia de que o este é uma instância da vida social, profundamente integrada à economia, cultura, política e principalmente à própria sociedade. Nesse sentido, será novamente necessário reafirmar a noção de que o espaço é em sua composição um híbrido entre natureza e sociedade, e principalmente entre objetos e ações. Assumimos, nesse sentido, que o trabalho é característica fundamental e ineliminável da vida humana, e que tem a capacidade de se cristalizar na forma de objetos, cuja existência representa a concretização das ações humanas na forma de trabalho morto. Assim, de nada nos valeria uma análise apenas devotada ao caráter concreto das ações humanas, de forma que as dinâmicas sociais fossem apagadas ou tomadas de forma estática. Do contrário, também evitamos a redução do espaço construído a um mero receptáculo às ações humanas para conceber uma análise em que as ações humanas e a materialidade se complementem, evidenciando o *“duplo caráter do espaço na acumulação produtiva”* (HARVEY, 2005, p. 51), constituindo-se assim um diagnóstico capaz de inserir a dinâmica social nas limitações concretas impostas pelo espaço construído.

Uma abordagem teórica capaz de considerar o espaço em seu duplo caráter pode ser uma ferramenta de grande poder de esclarecimento. No caso colombiano propriamente dito, esse viés analítico nos permite apreender a complexidade e as peculiaridades das regiões em questão e, principalmente, pensar a forma e o significado da inserção dessas parcelas do espaço na totalidade do mundo capitalista. A partir de então, nossa análise conhecerá um notável incremento de qualidade e de consistência, na medida em que, às

considerações teóricas feitas acerca das regiões, vierem a se somar as imagens das manifestações concretas dos fenômenos, representadas preferencialmente através de mapas. Conforme nos lembra RAFFESTIN (1993, p. 152), *“as imagens territoriais revelam as relações de produção e consequentemente de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda”*. A cartografia aqui exposta será, portanto, uma forma de garantir o suporte empírico às proposições de ordem teóricas. É por isso um elemento deveras enriquecedor, na medida em que for eficazmente confrontada com as considerações feitas anteriormente. Vale ressaltar, nesse sentido, os mapas aqui apresentados não são a própria análise em si, nem tampouco o resultado final deste trabalho de pesquisa. São, antes de tudo, ferramentas, dados, elementos da análise, esclarecedores na medida em que permitem a localização dos fenômenos e a observação concomitante ou sincrônica dos mesmos. Por esse motivo, nossas conclusões nessa etapa do trabalho se apoiarão amplamente nesse poderoso recurso e nas enormes possibilidades interpretativas dele oriundas.

Regiões: Ordem Global, Desordem local

A leitura das regiões colombianas demonstra-se reveladora na medida em que nos permite aliar uma interpretação baseada na dinâmica política e econômica da região às suas manifestações concretas, evidentes pela constituição de redes que permitem a circulação e consequentemente à exploração econômica dos recursos.

A primeira região abordada no presente trabalho, chamada “Região Cocaleira” pode ser melhor visualizada através do mapa 3 no qual estão presentes os principais elementos passíveis de serem representados cartograficamente. A análise do mapa da Região Cocaleira nos revela um tecido peculiar de redes, capazes de atuar tanto como elementos de realização de determinadas ações como de seu impedimento. É o caso das estruturas de acesso ao espaço regional em questão. Se observarmos o mapa 2, no qual aparecem representadas as rodovias pavimentadas do território colombiano

poderemos facilmente confirmar a noção de que esta região está praticamente “excluída” da rede rodoviária nacional. A quase completa ausência de redes rodoviárias é também uma medida do enorme grau de afastamento da vida regional em relação à vida da porção dos chamados altiplanos, nos quais se encontram as maiores densidades em termos de transporte e a maior parte da rede urbana desenvolvida. No que diz respeito à economia da coca, podemos notar que a região abrange os principais departamentos produtores de coca, não só pela extensão, mas principalmente pelo volume de sua produção. A produção cocaleira objetiva alimentar a produção da cocaína com destino aos mercados dos países ricos. Conforme dito anteriormente, uma porcentagem muito pequena da droga produzida destina-se ao mercado nacional, sendo a maior parcela da produção exportada para Estados Unidos e União Européia.

Da observação da distribuição das redes rodoviárias colombianas e da distribuição dos cultivos pode-se extrair a primeira grande contradição observável: apesar da pequena inserção regional na totalidade do Estado Colombiano, a região encontra-se profundamente inserida na totalidade da economia global. Seria de certa forma exagero imaginar que a região não tivesse qualquer conexão com a economia interna, uma vez que uma pequena parte da renda gerada pelo tráfico fica retida no país, nas mãos dos grandes barões do tráfico colombiano, “os capos”, proeminentes figuras da elite colombiana. Deve-se ressaltar, entretanto, que mesmo as enormes fortunas retidas pelos barões representam uma parcela muito pequena dos lucros advindos do negócio da droga. A maior parte dos ganhos oriundos do narconegócio fica hoje retida nas mãos das quadrilhas instaladas nos próprios países de destino da cocaína. Essas quadrilhas são as responsáveis pela distribuição final do produto, etapa mais rentável da economia da droga.

Parcela ainda menor, embora socialmente bastante significativa, é aquela que fica retida nas mãos dos pequenos produtores de folhas de coca. Essas “migalhas” do bilionário negócio da cocaína são a base de sustento de milhares de pequenos produtores que permanecem a duras penas no campo e evitam a migração em direção às cidades. A leitura do “circuito financeiro” do tráfico nos permite evidenciar o forte caráter capitalista da economia da droga. Seria um enorme equívoco acreditar que o narconegócio, ao se constituir uma economia ilegal, não seria segmento da moderna economia capitalista. A

despeito de seu caráter ilícito, o tráfico é regido pelos mesmos imperativos de obtenção de lucro e de produção mercantil encontrados nas grandes corporações privadas. Nas palavras de TOKALTLIAN (1999, p. 69), *“a estrutura do tráfico está sujeita às mesmas práticas e conflitos do capitalismo”*

Apesar da clara inserção econômica do circuito do narcotráfico nos imperativos econômicos da economia mercantil, a razão pela qual podemos, sem grandes temores, considerar a economia do narcotráfico um elo da economia capitalista repousa também (e fundamentalmente) em razões políticas. A essência do moderno capitalismo repousa não só na perda do acesso aos meios de produção por parte dos trabalhadores, aquilo que o mesmo convencionou chamar de “subsunção formal” do trabalho ao capital, mas principalmente na perda do controle do processo produtivo, na expropriação do saber fazer do processo como um todo e na perda da subjetividade no processo de trabalho. A economia do narcotráfico atende a um comando distante, longínquo, e que representa os imperativos de mercados externos. Por esse motivo, nos parece disparatada a constatação de que os pequenos produtores de folhas de coca sejam “camponeses”. A inserção objetiva desses “camponeses” numa economia de mercado de proporções globais nos autoriza a pensá-los muito mais como proletários, mesmo em sentido estrito (como operários chão de fábrica). BLANES (1995, p. 166) nos adverte de que *“a economia da coca representa a inserção no capitalismo e não preserva as formas tradicionais”*. O fato de esses trabalhadores deterem parte dos meios de produção não significa que possam ser confundidos com camponeses, uma vez que permanecem sem o controle da produção e produzindo para uma economia de mercado, em detrimento de seu próprio sustento.

Há ainda uma parcela dos lucros gerados no narcotráfico que é apropriada pelas guerrilhas através de impostos e taxas de guerra. É a partir dessa constatação que se evidencia uma outra situação bastante contraditória encontrada na leitura da região: As guerrilhas encontram seu sustento na exploração econômica de seus próprios inimigos, uma vez que a economia do narcotráfico fornece uma importante parcela dos recursos disponíveis nas mãos da organização. Dita ainda de outra forma, a contradição poderia repousar no fato dos narcotraficantes, inimigos mortais da guerrilha e

financiadores dos exércitos paramilitares (cuja finalidade primordial é erradicar todo e qualquer sinal da guerrilha), serem os geradores de uma das principais fontes de riqueza da guerrilha.

O processo de apropriação de parte da renda do narcotráfico pelas guerrilhas dá-se através da cobrança de impostos sobre os pequenos produtores, pisadores (que produzem a pasta base da coca), laboratórios de refino, pistas de pouso e sobre o trânsito fluvial de insumos químicos. Essa possibilidade da guerrilha de influenciar a economia do narcotráfico deriva diretamente do poder de organização do espaço regional, poder esse que é fundamentalmente ligado ao controle exercido sobre as redes e sobre o espaço em geral. O controle dos rios por onde circulam os insumos químicos e parte do produto final, dos campos de cultivo e das pistas de pouso pela organização armada é o que garante e consolida seu poder de estruturar e ordenar, em atendimento a seus interesses, a produção e a circulação dos produtos do narcotráfico. Essa relação pode ser melhor observada, novamente, se observarmos o mapa 3 no qual fica clara a associação direta entre a rede hidroviária, os campos de cultivo e a presença da guerrilha. Sem dúvida, uma observação cautelosa do mapa em questão também poderá nos mostrar áreas consideráveis de cultivo de coca sem a presença da guerrilha, reafirmando a noção de que, apesar de sua profunda interferência na economia da coca, as guerrilhas estão longe de ser um cartel de narcotraficantes, uma vez que sua influência se restringe apenas às primeiras etapas do processo produtivo e mesmo assim na forma preferencial de cobrança de tributos (em detrimento da operação própria do tráfico).

Situação semelhante pode ser encontrada na leitura da região petrolífera, na qual, apesar da proximidade com a porção central do país, impera um sistema similarmente complexo de extração de tributos e imposto por parte das guerrilhas sobre as atividades relativas ao petróleo. Aqui, de forma análoga à observada na região cocaleira, podem ser destacadas duas situações contraditórias emblemáticas. A primeira delas faz referência à situação do petróleo enquanto atividade econômica geradora de vultosas taxas de lucro, mas incapaz de transmitir essa riqueza às populações locais ou à sociedade nacional. Novamente, observa-se uma situação em que o saldo deixado à região e ao país corresponde apenas às migalhas da riqueza gerada

na exploração econômica do recurso em questão. Parece caracterizar-se aqui o que SOJA (1993, p. 139) denominou “*transferência geográfica de valor*” na medida em que a riqueza gerada é, em sua esmagadora maioria, apropriada por grandes corporações estrangeiras que se apropriam dos lucros e pouco reverterem às sociedades nacionais e locais. É certo que parte da produção petrolífera fica retida no mercado interno, mas a parcela mais significativa e que cresce em maior intensidade é sem dúvida a atividade com fins de exportação.

A constituição do complexo petrolífero do nordeste colombiano gerou alguns benefícios como a incorporação de impostos ao orçamento público e a geração de empregos. Sua instalação, no entanto, causou profunda desordem na escala local na medida em que envolveu o deslocamento de uma enorme quantidade de trabalhadores deslocados para as atividades de instalação dos campos extrativos e dos oleodutos. A maior parte desses trabalhadores serviu apenas à instalação da infra-estrutura local (descrita no mapa 4), sendo que a maioria desses acabou demitida ao fim desse processo. Ao engrossar as fileiras do desemprego, muitos desses trabalhadores se constituíram como colonos, e passaram a ocupar de forma precária as terras da região. Essa situação elevou ainda mais a tensão pré-existente com os grupos indígenas que, além de violentamente desalojados de suas terras pelo governo e pelas companhias petrolíferas, viam agora suas terras serem ameaçadas pela apropriação dos colonos excluídos da economia do petróleo. Mesmo do ponto de vista da produção energética, capaz de beneficiar a porção central do país (na qual se encontra a maior demanda energética), deve-se ter claro o fato de que esta beneficiou muito pouco a própria região. Note-se a escassez de grandes cidades e da própria malha rodoviária como indicador desse fato, que evidencia o descompasso entre a produção e o consumo energético.

A segunda situação contraditória que merece destaque também se assemelha à constatação referente ao fato das guerrilhas nutrirem-se de seus próprios inimigos, numa espécie de relação de parasitismo, na qual os movimentos armados conseguem extrair das grandes empresas petroleiras, através da força, recursos fundamentais para seu sustento. Ou ainda, dito novamente de forma contrária, uma situação contraditória onde as empresas petrolíferas, ferrenhas opositoras das guerrilhas (tanto por sua posição

ideológica quanto pela restrição aos lucros), acabam por garantir a existência e expansão qualitativa e quantitativa das guerrilhas. Assim como os narcotraficantes tem o combate às guerrilhas como um de seus objetivos centrais, as empresas petrolíferas são também bastante contrárias aos movimentos armados. As constantes ações de sabotagem dos oleodutos e seqüestro de funcionários de alto escalão impõe perdas significativas aos lucros das empresas. Nesse sentido, são freqüentes as pressões por parte das empresas sobre o governo para que reforce a segurança regional, principalmente sobre os oleodutos, de forma a dificultar as interrupções no fluxo de petróleo com destino à exportação. Não é por acaso que vêm se multiplicando as denúncias de financiamento ao paramilitarismo por parte de gigantes petrolíferas como a BP inglesa e a americana Texaco.

De forma bastante similar àquela observada na região cocaleira, o poder disponível nas mãos das guerrilhas na região petrolífera também encontra sua fonte no controle exercido por essas organizações sobre o território local e sobre as redes constituídas. O controle dos espaços de extração de petróleo e de extensas áreas de oleodutos permite à guerrilha a cobrança de impostos das empresas, sob ameaça de sabotagem. A sabotagem, preferencialmente realizada sobre os oleodutos é uma estratégia da guerrilha que atinge profundamente a necessidade de circulação rápida e contínua dos recursos, fundamental para garantir a lucratividade das empresas. Isso faz com que muitas empresas prefiram simplesmente pagar as taxas cobradas pelos guerrilheiros, de forma a evitar prejuízos ainda maiores. Outra forma de influência da guerrilha sobre a economia petrolífera está relacionada aos seqüestros, utilizados como arma de financiamento e como fonte de prisioneiros (importantes para estabelecer negociações com o governo, principalmente troca por guerrilheiros presos). A maior parte dos seqüestrados tem sua origem em bloqueios impostos pelas guerrilhas sobre trechos das rodovias sobre os quais detém controle.

A observação do mapa 4 é bastante reveladora nesse sentido, na medida em que evidencia a coincidência das atuações das guerrilhas, principalmente do ELN, com a presença dos principais campos de petróleo e oleodutos do país. Além disso, o mapa 4 mostra a coincidência entre a presença das guerrilhas e as enormes e pouco exploradas reservas

colombianas, que terminam por aproximar-se da região cocaleira no sul do país. A observação cuidadosa do mapa torna, nesse sentido, bastante evidentes as conexões entre as atuações das guerrilhas, a distribuição dos recursos e, principalmente, entre a presença dos movimentos armados em coincidência com as redes envolvidas na circulação dos recursos petrolíferos.

Ante a presente leitura da dinâmica regional poderíamos facilmente concordar com a definição de “Poder” apresentada por Thayer & Slyft (apud SANTOS, 1996, p. 215) que o define como *“capacidade de uma organização controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização”*, definição que ganha especial sentido quando nos deparamos com a profunda ligação entre os agentes presentes no território colombiano e a presença de recursos.

A observação das contradições que permeiam o estudo das regiões pode finalmente nos conduzir a contrastar noções relativas ao ordenamento dessas regiões e ao papel por elas exercido no contexto nacional e mundial. Uma primeira observação das regiões colombianas pode nos conduzir a supor um completa desordem expressa na forma do descontrole territorial por parte do estado e generalização da violência como mecanismo de realização de objetivos. Uma leitura mais cuidadosa, entretanto, nos aponta a formação de uma complexa ordem, capaz de incluir as regiões na dinâmica da economia global, e valer-se da desordem como forma de individualização e até de valorização desses espaços. A aparente desordem se converte no fundo em uma ordem na medida de que, do ponto de vista do capitalismo global, as regiões em questão representam importantes fronteiras, nas quais pode-se constatar uma tendência amplamente descrita na literatura marxista como representativa da *“tendência do capital de englobar áreas não capitalistas”* (HARVEY, 2005, p. 57), forma fundamental de atenuar as contradições e a decrescente de lucros experienciada nos centros do capitalismo hegemônico. Não estamos nos contradizendo ao afirmar tal posição, pois assumimos que, apesar do evidente caráter capitalista das regiões em questão (como demonstrado anteriormente), nos encontramos diante de formações econômicas peculiares, distintas do capitalismo clássico dos países desenvolvidos. A própria fraqueza com que Estado trata da regulação política e a impossibilidade de desenvolvimento de lutas de classes autônomas são

exemplos do caráter periférico, embora não secundário, do capitalismo nos países pobres.

Se tomarmos em nossa análise a perspectiva do Estado nacional, de fato, serão identificáveis muito mais elementos de desordem do que de ordem. Ao Estado interessa o funcionamento eficaz da economia e a defesa das estruturas e redes públicas, consideradas capital imobilizado. Isso não significa reduzir o Estado à mera tarefa de guardião do Capital (numa visão deveras reducionista), mas sim considerá-lo como uma entidade relativamente autônoma ao capital engajada em quatro tarefas fundamentais (HARVEY, 2005, p.53): *“Buscar remover barreiras em favor da mobilidade, combater o caráter anárquico das forças produtivas, fomentar setores não lucrativos fundamentais e garantir interesses coletivos de classes”*. Pode-se extrair dessas posições, a idéia de que o Estado é primeiramente *“um elemento de racionalização, de taylorização de aceleração das relações sociais”* (GRAMSCI, 2002, p. 28) na medida em que fornece e garante os fundamentos materiais para o processo de acumulação. Há, entretanto, também a noção de que o Estado é a entidade incumbida em zelar por certa paz social, de forma a impedir a generalização dos conflitos de classe.

A análise do papel do Estado colombiano no que diz respeito às regiões estudadas nos deixa clara a incapacidade histórica dessa entidade política em se fazer representar nas regiões em questão. Se, de certa forma, o Estado teve papel bastante significativo na ocupação das regiões em questão ou na constituição de redes de infra-estrutura econômica básica, o mesmo não se pode dizer a respeito de sua atuação política e social. Em termos sociais, a quase completa ausência do Estado se faz perceber através da enorme carência de serviços públicos coletivos como hospitais, escolas e saneamento básico (CURREA-LUGO, 1999, p. 17). Em termos políticos, a situação é ainda mais grave. O Estado colombiano se mostrou desde a origem completamente impotente e desinteressado em mediar conflitos sociais. A consequência dessa postura é a *exacerbação da violência como forma de exercício da política* (SAINT-PIERRE, 2000, p. 14). Novamente nos pareceria errôneo supor a completa ausência do Estado, sabendo que além de sua convivência com a resolução violenta dos embates sociais, muitas foram as incursões militares endereçadas a reprimir com violência os movimentos populares. Esse fato

desmente a idéia de um Estado ausente e reforça seu caráter classista, ao reprimir os movimentos populares ou simplesmente ignorar as manifestações armadas protagonizadas por setores das elites contra os movimentos populares (como no caso dos pecuaristas, bananeiros e narcotraficantes).

O limite extremo do descontrole do espaço por parte do Estado foi a convivência com que vem sendo tratadas, desde suas origens, as milícias paramilitares. Verdadeiros exércitos a serviço de interesses privados, estes grupos nasceram da criação do MAS (morte aos seqüestradores), grupo de extermínio concebido na década de 80 pelos narcotraficantes para caçar membros da guerrilha. Com o passar dos anos, muitas outras milícias se constituíram de forma cada vez mais complexa e organizada, tornando-se verdadeiros exércitos extremamente bem treinados e equipados. Cada vez mais, esses exércitos passaram a representar interesses de setores diversos da iniciativa privada. Além dos narcotraficantes, podemos citar como importantes financiadores desses grupos os latifundiários, pecuaristas, empresários e até empresas multinacionais (LEECH, 2002, p. 18). MEZA (1999, p. 79) chega a citar inclusive casos extremos em que o tráfico de drogas passou a ser feito diretamente por membros da polícia e das forças armadas. Evidentemente, as funções dos grupos paramilitares, antes compromissados apenas com a eliminação das guerrilhas, também se complexizaram, diante da impossibilidade de uma vitória completa. Hoje, grande parte dos grupos paramilitares tem como função principal banir a influência sobre determinados territórios e conseqüentemente sobre certas atividades econômicas, como no caso do petróleo. Além disso, tem sido tarefa fundamental dos paramilitares a eliminação de qualquer corrente política considerada de “esquerda”, como sindicalistas, ativistas ou militantes políticos, considerados invariavelmente ligados às guerrilhas (ainda que grande parte da esquerda colombiana não apóie a guerrilha).

A conduta do Estado ante a situação do paramilitarismo também tem sido bastante controversa, na medida em que durante longos anos o paramilitarismo tem sido visto como um setor aliado aos interesses dominantes e às prerrogativas estatais. A repressão movida pelo estado sobre os grupos paramilitares tem sido, nesse sentido, muito pequena, se comparada com o monumental esforço para exterminar as guerrilhas. Até a composição dos

grupos armados de extrema direita aponta para uma relação promiscua entre Estado e paramilitarismo: Grande parte dos efetivos paramilitares são antigos membros das forças armadas ou da polícia, atraídos pelos salários proporcionalmente elevados oferecidos pelos exércitos paramilitares..

O resultado desta conduta estatal é o fechamento dos canais ditos “democráticos” de resolução dos conflitos sociais. Os movimentos sociais, as organizações de cocaleiros e trabalhadores rurais, os sindicatos e as organizações governamentais não encontram espaço para expor suas reivindicações. No cenário político colombiano a tomada de determinadas posições políticas significa risco eminente de morte, seja por ação dos bandos armados, dos paramilitares ou mesmo pelas forças públicas regulares, amplamente comprometidas com os interesses particularistas. É nesse cenário que as guerrilhas despontam como organização armada capaz de representar parte dos setores sociais excluídos, cenário com características capazes de garantir considerável legitimidade a esses movimentos armados. Os próprios movimentos guerrilheiros, notabilizados por seu suposto “apreço pela violência”, tentaram, em inúmeras ocasiões, buscar saídas políticas negociadas para o conflito interno colombiano. A mais notável dessas iniciativas acabou por gerar, no ano de 1984, a criação de um grande partido político, a União Patriótica, que reunia militantes “de esquerda” e guerrilheiros desmobilizados. Apesar do enorme sucesso eleitoral (RILEY, 1995, p. 187) obtido por parte da União Patriótica, a violência fez-se de novo presente. Em questão de meses, mais de três mil membros do partido foram brutalmente assassinados, fato que resultou em nova crise política e no restabelecimento das armas por parte das guerrilhas.

É nesse contexto de generalização da violência e de ausência de canais de negociação que as guerrilhas ganham legitimidade e poder de influência. Cada vez mais a guerrilha se concretiza na situação descrita por Florestan Fernandes (FERNANDES, 1981, p. 57) como sendo “*a arma dos fracos, daqueles que não tem para si nem a propriedade, nem o direito e nem o Estado*”. Não se trata aqui de atribuir um caráter romântico às guerrilhas. Muitos autores concordam com a noção de que o crescimento das guerrilhas, desde o final da década de 80, está mais associado ao crescente prestígio econômico e militar do que ao seu projeto político revolucionário (MEZA, 1999,

p.83). Mesmo assim, o autor reconhece a existência de “bolsões de legitimidade” nos quais as guerrilhas, por razões diversas, encontram respaldo de parte significativa da população. Nos parece lícito afirmar que a guerrilha tem de fato se constituído num espaço de abrigo aos projetos divergentes da ordem estabelecida, além de um espaço de acolhimento de populações excluídas, principalmente jovens, que encontram na organização uma forma de sustento e de prestígio social. Essa fórmula não nos permite criar uma associação mecânica entre a guerrilha e a mobilização das lutas popular, mas nos permite argumentar no sentido de que a guerrilha surge como alternativa armada num contexto de estreitamento dos canais diplomáticos de negociação. Deduz-se daí a consideração de que o crescimento das guerrilhas, embora motivado primordialmente pelo seu potencial financeiro e militar, traga consigo também um profundo viés político. Além disso, não se pode esquecer o fato de que todos os membros da guerrilha estão sujeitos à profunda preparação teórica e política dentro da organização. É bastante possível que muitas pessoas ingressem na guerrilha por motivos financeiros, mas não se pode deixar de perceber a grande preocupação com a formação política dos novos membros.

É assim que as guerrilhas se constituem hoje como importantes motores do processo de regionalização do espaço colombiano, uma vez que constituem bolsões de legitimidade, nos quais o funcionamento da economia e da vida social encontra-se subordinados às determinações políticas guerrilheiras. Essa constatação nos permite reduzir, apenas como recurso analítico, o conflito colombiano em uma luta entre dois lados: A destruição das guerrilhas, compostas por populações excluídas e ativistas políticos é o objetivo comum de todos os principais agentes estruturadores do espaço colombiano. Estado, Paramilitares, Narcotraficantes e governo dos Estados Unidos ambicionam, por motivos diversos, a eliminação dos grupos guerrilheiros.

Muitos objetivos, um só inimigo

O cenário do conflito colombiano é usualmente caracterizado como uma realidade de violência generalizada em que predomina a “*descrença tanto no Estado quanto nas guerrilhas*” (ARAÚJO & LIBERATTI, 1997). Uma observação cuidadosa dessa realidade, entretanto, pode nos revelar, dentro do aparente caos ou do cenário de guerra civil, uma lógica em que se opõem diversos atores, por motivos distintos, às organizações guerrilheiras. No caso do Estado colombiano, os interesses em derrotar as guerrilhas são diversos. O primeiro deles deve-se ao fato dos movimentos guerrilheiros representarem um contraponto à autoridade estatal e uma ameaça ao projeto político do Estado. Por mais que não pareça haver condições imediatas para que a guerrilha tome o poder, essa possibilidade não deve ser descartada, e junto dela, todas as possíveis implicações dessa ameaça. Um segundo interesse deve-se ao fato de que as guerrilhas representam uma enorme ameaça ao funcionamento da economia colombiana e às redes estatais. A estratégia de obtenção de recursos das guerrilhas, amplamente apoiada na sabotagem da infraestrutura econômica pública e privada causa amplos prejuízos ao governo na medida em provocam a interrupção dos fluxos econômicos, a depreciação do patrimônio público e a fuga dos novos investimentos, principalmente os estrangeiros. Um terceiro interesse no combate às guerrilhas repousa no desejo dos governos colombianos em manter sua política de alinhamento em relação aos Estados Unidos. Há muitos anos a Colômbia vêm sendo amplamente contemplada por generosas doações dos Estados Unidos e é o terceiro país no mundo que mais recebe dinheiro dos americanos (depois de Israel e Egito). Além disso, o governo estado-unidense tenta há alguns anos estabelecer um tratado de livre comércio com a Colômbia, ante o fracasso das negociações da ALCA. Por todos esses motivos, a erradicação das guerrilhas ocupa lugar prioritário nas intenções governamentais. Uma das principais estratégias utilizadas para legitimar o intento estatal é o não reconhecimento das guerrilhas como forças armadas regulares (Beligerância). Segundo SAINT-PIERRE (2000, p. 110) “*o monopólio da autoridade estatal precisa da criminalização dos rebeldes*”, numa tática de “*estigmatizar lutas sociais*” com obter legitimidade junto à população

em geral e aos organismos internacionais. O não reconhecimento da beligerância também evita a elevação dos prisioneiros de guerra a algum tipo de “status” especial e facilita os abusos e violações aos chamados direitos humanos. Daí o interesse em vincular às guerrilhas certos rótulos, como “terroristas” ou “narcoguerrilhas”, de forma a gerar um clima de “marginalidade” capaz de legitimar os colossais esforços do poder público em combater os grupos armados.

Apesar de também quererem a eliminação completa das guerrilhas, não se deve proceder nenhuma associação mecânica entre o Estado e os Narcotraficantes. Inúmeros relatos ilustram um elevado grau de promiscuidade entre o poder público e tráfico, que com seu dinheiro e poder de fogo, elimina ou corrompe qualquer tentativa por parte do Estado de coibir o Narconeção. Esses casos, entretanto, não são suficientes para que se perca a noção de que aos traficantes interessa o extermínio das guerrilhas por razões econômicas, acima de tudo. São as guerrilhas a única organização capaz de impor regras, limites e tributos sobre este setor da economia “informal”, de forma a extrair importantes recursos desse bilionário negócio. Por esse motivo, narcotraficantes são inimigos mortais de guerrilheiros. A prova mais cabal dessa hostilidade repousa na fundação dos grupos paramilitares, amplamente financiados pelo narcotráfico, e que hoje tem como objetivo central a tomada de controle de espaços dominados pelas guerrilhas e o restabelecimento do funcionamento “normal” da economia do Narcotráfico.

Um último agente que merece destaque por seus notáveis esforços de combate às guerrilhas é representado pelos Estados Unidos, país que acompanha de perto e com grande atenção as atividades de repressão aos movimentos armados. Os principais interesses por parte dos Estados Unidos na erradicação das guerrilhas repousam em aspectos políticos e econômicos. Em termos econômicos, trata-se de assegurar a realização dos investimentos privados feitos pelas grandes companhias multinacionais de origem estado-unidense. Além disso, há a questão estratégica do petróleo, disponível em grandes reservas colombianas e na vizinha Venezuela. Os recentes conflitos do Oriente Médio incrementaram a demanda americana por novas fontes de petróleo, fato que garante condição estratégica às reservas sul americanas.

Do ponto de vista político, as guerrilhas são concebidas como um exemplo extremamente perigoso para os movimentos sociais de toda América Latina. Perigosos por despertarem o temor de reavivarem antigos projetos revolucionários ou libertários, de influencia socialista, ou movimentos nacionalistas e antiimperialistas. São, nesse sentido, péssimo exemplo, segundo a ótica de quem despendeu incomensuráveis esforços durante quase todo o século XX para combater os movimentos revolucionários. Tal consideração explica a necessidade constante das autoridades americanas em estigmatizar os movimentos de guerrilha. Com frequência, as guerrilhas são associadas ao narcotráfico de forma tão profunda que autorizaria pensá-los em um só grupo, os chamados “narcoguerrilheiros”. Essa associação, como já demonstramos anteriormente, não é só exagerada, mas também descabida, na medida em que, além de traficantes e guerrilheiros serem grupos distintos, suas hostilidades ocupam muito mais espaço de sua aparente cooperação (que se dá de forma violenta, não solidária). Outro estigma comumente atribuído às guerrilhas refere-se à sua inclusão na lista das chamadas “organizações terroristas”, segundo o departamento de Estado. A noção de terrorismo, carente de definição precisa, é atribuída às guerrilhas pelos sucessivos atos de sabotagem contra a infraestrutura econômica e contra líderes políticos. SAINT-PIERRE (2000, p. 217) efetua a distinção fundamental entre terrorismo e sabotagem. Enquanto o terrorismo é um fim em si mesmo a sabotagem é apenas uma estratégia, um instrumento das guerrilhas, para a concretização de um fim maior.

Os principais elementos componentes das relações políticas estabelecidas entre o governo dos EUA e Colômbia repousam principalmente no debate em torno das questões relativas ao combate aos grupos guerrilheiros e ao narcotráfico, visto como atividade responsável por financiar os grupos armados. A aproximação entre os dois países é um dado bastante antigo, mas que ganhou plena força a partir do ano de 1994 com a presidência de Andrés Pastrana, que assinou junto aos Estados Unidos o chamado “Plano Colômbia”, plano que previa a recepção de cerca de quatro bilhões de dólares para financiamento das atividades contra o narcotráfico e grupos armados. O plano, renovado pelo sucessor e atual presidente Álvaro Uribe, foi o responsável por uma profunda modernização nas forças de segurança colombianas que

receberam equipamentos e treinamento das forças americanas. O objetivo principal declarado pelo plano Colômbia é a erradicação dos cultivos de coca. Apesar do aparente consenso EUA-Colômbia TOKALTLIAN (1988, p.40) nos atenta para a distinção observada na visão dos dois países a respeito do tráfico de drogas. A maior parte dos países pobres e produtores de narcóticos tende a conceber o tráfico como questão global, de forma a tornar o combate ao narcotráfico uma questão de responsabilidade mundial, e principalmente dos países ricos, principais responsáveis pela demanda. Já os EUA concebem o problema da droga a partir do ponto de vista da oferta, de forma que o combate à produção caberia aos países pobres, principais produtores mundiais. No caso colombiano, a visão americana tem se sobressaído, na medida em que sua aceitação significa a recepção de enorme montante de recursos de origem estado-unidense.

Dada a enorme dificuldade e os elevados custos de se realizar a erradicação manual dos cultivos, o plano Colômbia tem se constituído na opção da erradicação dos cultivos por via aérea, com o uso do herbicida Glifosato, capaz de matar os campos em que a coca é cultivada. Essa opção tem sido criticada por motivos diversos. Além dos enormes impactos ambientais relacionados às fumigações do Glifosato, sua utilização tem resultado em um profundo impacto social sobre os pequenos produtores. O Glifosato é um herbicida não seletivo, ou seja, uma vez utilizado, mata, além dos pés de coca, os cultivos alimentares como o milho e o feijão. Dentre os impactos relativos a seu uso, merecem destaque as enormes migrações de pequenos produtores em direção às cidades ou a novas áreas produtivas, inclusive além da fronteira colombiana. Em termos de erradicação propriamente dita, entretanto, as observação dos dados do WDR, o relatório da ONU sobre a produção de drogas, aponta para uma redução muito tímida nas áreas e nas quantidades de coca produzidas, o que nos leva a supor a migração dos cultivos para áreas distintas das controladas pelas guerrilhas. Há quem afirme (LEECH, 2002, p. 52) que os Estados Unidos “*não estão lutando contra as drogas*” e sim contra as guerrilhas, e que o argumento do combate as drogas tem servido com muita precisão para justificar o intervencionismo na questão.

A postura dos EUA ante a questão do conflito colombiano revela a enorme significância das regiões não só no contexto interno, mas

principalmente em relação à ordem externa. Seu significado extrapola as fronteiras nacionais e convoca a maior potência da atualidade a uma tomada de posição drástica, a partir da qual podemos pensar o controverso significado da ordem mundial vigente.

Regiões Colombianas, Império e Imperialismo

A análise cuidadosa das características e do funcionamento das regiões colombianas permite afirmar as regiões como componentes fundamentais da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Regiões cujo sentido repousa na posição ocupada no processo global de acumulação capitalista são indicativos do caráter transfronteiriço da economia mundial e de sua possibilidade de subjugar territórios e Estados aos desígnios do modo de produção globalmente dominante. Perante essa situação, é possível que pensemos o significado da atual ordem mundial, à luz da situação das regiões em questão e dos interesses dos diversos agentes políticos envolvidos nos conflitos regionais. Dentre as formas de analisar a questão, optamos por duas abordagens consideradas críticas na medida em que enxergam a realidade a partir de suas contradições responsáveis por constituir a realidade como um situação de instabilidade, passível de ser transformada pelas ações humanas, em algo menos desarmônico. Nesse sentido, cabe aqui discutir as principais proposições e o respectivo grau de correspondência em relação à realidade encontrado nas teorias defendidas por duas grandes correntes políticas do pensamento crítico: A noção de Império como uma ruptura ao Imperialismo estadocêntrico (cujos maiores expoentes são Michael Hardt e Antonio Negri) e a noção de Império como aprofundamento do Imperialismo descrito por Lênin e Rosa de Luxemburgo (presente nas propostas de Robert Cox).

O lançamento do livro “O Império” representou uma profunda reviravolta dentro da teoria crítica, principalmente pelo fato de apresentar uma tentativa (pretensa) de atualizar o “marxismo de Marx” aos nossos tempos. Profundamente influenciados pelos pensadores e filósofos de inspiração “pós-moderna”, os autores propõem um entendimento bastante controverso acerca

das características que regem a presente ordem mundial. A proposta teórica adotada pelos autores de “Império” sustenta a idéia de que a *nova ordem mundial sustenta uma nova ordem política*” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 21) capaz de se constituir, a um só tempo, em “*sistema e hierarquia*” ou “*governança sem governo*” (IDEM, p. 31). A constituição dessa ordem, segundo os autores da tese do “Império”, afasta, destarte, duas teses (IDEM, p. 34) freqüentemente atribuídas à ordenação do mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, os autores compreendem a condição de Império como uma ruptura com os fundamentos do capitalismo clássico e entendem assim que a ordem mundial não pode ser identificada com o aprofundamento das características fundadoras do capitalismo. A segunda tese inicialmente descartada pelos autores é a de que os Estados nacionais desempenham ainda papel central no processo de acumulação. Dessa forma, evitam o imperialismo clássico em detrimento de uma interpretação do mundo como um sistema de poder despersonalizado, que não se confunde com qualquer nação ou grupo econômico.

A visão apresentada por Hardt & Negri encontra seu fundamento teórico na interpretação desses autores acerca das teorias de Michel Foucault, quando esse sugere que estejamos vivendo o surgimento de um novo paradigma de poder, com a criação da “*sociedade de controle*” (IDEM, p. 42), uma sociedade na qual os diversos mecanismos de poder se encontrariam profundamente difundidos pelo tecido social, indo inclusive se apropriar da subjetividades individuais. Se diferenciaria assim do antigo paradigma de poder, o da sociedade disciplinar, onde o poder era exercido de forma aberta e clara por grandes meios disciplinares como escolas, presídios e forças militares. A sociedade seria diferente na medida em que disporia de ampla capacidade de velar seus mecanismos de poder e exercer suas prerrogativas a partir do controle da subjetividade. Apesar da intensa negação inicial à tese de que o Império pudesse se constituir como uma “continuação” do marxismo clássico, os autores alegam procurar uma base material para a sociedade de controle (tarefa supostamente não realizada por Foucault) e acabam por encontrar o conceito de “*trabalho imaterial*” (IDEM, p. 48), suposto fundamento produtivo da ordem mundial contemporânea. Hardt e Negri advogam ser o trabalho imaterial

a forma dominante de trabalho na sociedade contemporânea, com o predomínio do trabalho intelectual em detrimento do trabalho braçal.

A compreensão da ordem mundial como um sistema despersonalizado é bastante otimista, mas profundamente questionável, quando observada à luz de situações concretas como aquelas encontradas no caso colombiano. A atuação dos Estados Unidos no sentido de ditar os rumos da política interna nos parece trazer uma série de evidência capazes de aproximar a ordem mundial de uma ordem imperialista em que os Estados ainda representam papel central no processo de acumulação do capital. É o que sugere a abordagem de COX (1985, p. 205) quando entende o mundo contemporâneo como caracterizado pela constituição de uma “*estrutura do capital*”, compostas por três esferas, a saber, as forças sociais, as formas de Estado e a configuração da ordem mundial. Nesse sentido, a ordem mundial seria ainda uma ordem hierárquica, caracterizada pelas relações assimétricas entre os Estados e pela constante luta dos mesmos em assegurar os processos de reprodução e ampliação do Capital.

O caso colombiano é bastante emblemático da abordagem proposta acima, em primeiro lugar, pelo fato de que as regiões em questão representam importantes espaços de fronteira para o Capital na medida em que complementam ou até constituem elos principais de enormes circuitos econômicos. Tanto a Coca quanto o Petróleo são representativos de atividades inteiramente voltadas às trocas mercantis e responsáveis pela obtenção de enormes taxas de lucros, apropriados por um número reduzido de agentes sociais. Em segundo lugar deve-se observar a permanência e muitas vezes o acréscimo nas funções estatais relativas à proteção do Capital. Tanto o Estado Colombiano quanto o Americano demonstram-se profundamente comprometidos com a manutenção dos imperativos da circulação capitalista, seja defendendo as redes econômicas, seja dando proteção aos membros privilegiados das economias regionais em questão. Em terceiro lugar, as regiões em questão exibem formas de trabalho convencional, além de formas precarizadas, em que ficam evidentes as deficiências de uma concepção que afirma o trabalho na sociedade contemporânea como definido por “imaterial”. A noção da imaterialidade do trabalho pode ser coerente com a realidade de alguns países muito desenvolvidos (ainda que esteja longe de ser dominante),

mas apresenta enorme distanciamento em relação às condições do trabalho nos países pobres, muito mais caracterizada pela superexploração e pela precarização das formas de trabalho, do que por sua supressão.

Pode-se, finalmente, observar o papel desempenhado pelos Estados Unidos no mundo contemporâneo como algo bastante próximo do que GRAMSCI (2002, p. 43) qualifica como uma potência hegemônica, aquela que é *“líder e guia de um sistema de alianças de maior ou menor extensão”* com capacidade de *“garantir pactos”* e de *“sustentar forças próprias e aliados”*. No caso colombiano, isso se expressa na aliança automática entre o país e os Estados Unidos para combater os grupos guerrilheiros e assegurar a permanência dos fluxos econômicos. Para tal, ambos adotam um discurso responsável por criminalizar os movimentos armados sem compreender seu verdadeiro caráter político. A consequência imediata é o predomínio das ações repressivas e a escalada da violência em detrimento de soluções capazes de atuar na estrutura mais profunda da sociedade. Nesse sentido, as regiões aparecem, a um só tempo, como elos da enorme cadeia produtiva do capitalismo mundial e como espaço de resistência aos imperativos cegos de lucratividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO B. e LIBERATTI, M. A (1997). in: *"Conflitos localizados no mundo Contemporâneo"* Pesquisa NAIPPE/USP
- ARENAS, Jacobo (1985) – *"Cese el fuego: Uma história Política de las FARC"* Bogotá, Oveja Negra
- BLANES J., J. & MANSILLA, H. C. F. – *"Narcotráfico y Medio Ambiente"* in: El Narcotráfico, IICLA (Instituto de investigaciones Culturales Latinoamericanas) – Rev. Occidental, Tijuana, México, 1995
- BUITRAGO, F. L. (2004) – *"La seguridad durante el primer ano del gobierno Álvaro Uribe Vélez"* Revista Analisis Político, n.50
- CALDERÓN, O (1999) – *"La seguridad estatal en Colombia"* – Rev. América Latina Hoy, n.23, diciembre, Salamanca
- COX, R (1986) – *"Social Forces, States and World Orders"* in: KEOHANE, 1986, New York, Columbia University Press
- CRAIG, R. B. – *"El Tráfico Ilícito de Drogas: Implicaciones para los países sudamericanos donde se origina"* in: El Narcotráfico, IICLA (Instituto de investigaciones Culturales Latinoamericanas) – Rev. Occidental, Tijuana, México, 1995
- CRETIN, T. (1997) – *"Mafias du Monde"*, Paris, Presses universitaires de France
- CURREA-LUGO, V. (1999) – *"Un intento por explicar la violencia política en Colombia: Y sí no somos nación?"* – Rev. América Latina Hoy, n.23, diciembre, Salamanca
- FERNANDES, F. (1981) – *"Poder e Contrapoder na América Latina"* Rio de Janeiro, Zahar Editors
- FILIPONNE, R. – *"El cartel de Cali y el futuro da lucha anti- drogas"* Rev. Occidental, Ano 12 / N. 2 / 1995
- FLYNN, STEPHEN – *"Erosión de la soberanía y incipiente globalização del narcotráfico"* Rev. Occidental, Ano 12/ N. 2/ 1995
- GRAMSCI, A. (2002) – *"Cadernos do Cárcere"* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3
- HARDT & NEGRI (2001) – *"Império"* Rio de Janeiro, Record

- HARVEY, D. (2006) – “*A Produção Capitalista do Espaço*” São Paulo, Annablume, 2a Edição
- HARVEY, D. (1990) – “*Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista*” México, Fondo de Cultura Economica
- IANNI, O. (2004) – “*Capitalismo, Violência e Terrorismo*” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- LAIR, E. (1999) – “*El Terror, Recurso Estratégico de los Actores Armados*” Rev. Análisis Político, Bogotá, mai/ago
- LEECH, G. (2002) – “*Killing Peace: colombia's conflict and failure of u.s. intervention*” New York, INOTA (Information Networks of America)
- MANSILLA, H. C. F. (1995) – “*Reflexiones críticas sobre la legalización o prohibición de drogas en el área sudamericana*” Rev. Occidental Ano 12 / n 1
- MARQUEZ, J. C. P. (1999) – “*Casanare: Llano y Petróleo*” Villavicencio, Meta, Colombia, Ed. Corpes Orinoquia
- MEDINA, J. G. F. (2001) – “*As FARC: Dimensão Organizacional e Política*” Campinas-UNICAMP-IFCH, Tese de Mestrado
- MEDINA, J. G. F. (2001b) – “*Las Farc y su relación con la economía de la coca en el sur de Colombia*” no Site www.mamacoca.org
- MEDINA, M (2000) – “*Las Tropas Siguen al Líder si se Compromete con ellas*” Rev. Análisis Político, n. 39 (ene-abr)
- MESA, G. M. V. L. de (1999) – “*Territorio e Poder: A Formação Sócioespacial Colombiana*” São Paulo, USP (Tese de Doutorado)
- MEZA, R. V. (1999) – “*The FARC and the illicit drug trade*” in: Democracias baja fuego: Drogas y poder en America Latina. WOLA (Washington Office on Latin América)
- MÉZÁROS, I (2003) – “*O século XXI: Socialismo ou Barbárie*” São Paulo, Boitempo
- MONDRAGÓN, H. (1999) – “*Inversiones con violencia o inversiones para la paz?*” – Rev. América Latina Hoy, n.23, diciembre, Salamanca
- MONTANA, D. F. (1999) – “*Reforma Agrária en la solución de los conflictos armados*” – Rev. América Latina Hoy, n.23, diciembre, Salamanca
- MORAES, A. C. R. (1999) – “*Geografia: Pequena História Crítica*” São Paulo, HUCITEC, 17ª Edição

- ORTIZ, C. M. (2001) – “*Actores Armados, territórios e Poblaciones*” Rev. Análisis Político, Bogotá, jan/abr
- PAINTER, J – “*Políticas para Frenar el Narcotráfico em Bolívia*” in: El Narcotráfico, IICLA (Instituto de investigaciones Culturales Latinoamericanas) – Rev. Occidental, Tijuana, México, 1995
- PANNUNZIO, F. (2002) – “*A Última Trincheira*” São Paulo, Record
- PETRAS, J. (2002) – “*Império e Políticas revolucionárias na América Latina*” São Paulo, Xamã
- RAFFESTIN, C. (1993) – “*Por uma geografia do poder*” São Paulo, Ática
- RAFFESTIN, C. & BRESSO, M. (2000) – “*Travail, Espace, Pouvoir*” Paris, L’age d’Homme
- RIBEIRO, A. M. M. – “*Sociologia do Narcotráfico na A.I. e questão camponesa*” in: RIBEIRO, A. M. M. & IULIANELLI, J. A. S. (2000), Rio de Janeiro, DP&A
- RILEY, K. J. – “*Relación Entre La Industria Colombiana De La Droga Y Violencia Política De Los Escuadrones De La Muerte*” in: El Narcotráfico, IICLA (Instituto de investigaciones Culturales Latinoamericanas) – Rev. Occidental, Tijuana, México, 1995
- ROJAS, H (1985)- “*Os movimentos sociais agrários na América do sul com especial referencia à Colômbia*” – in: Revoluções camponesas na América latina, ed. Ícone
- SAINT-PIERRE (2000) – “*A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária*” São Paulo, Editora da UNESP
- SANTOS, M. (1996) – “*A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção*” São Paulo, Hucitec, 3ª. Edição
- SOJE, E. W (1993) – “*Geografias Pósmodernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*”, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor
- SANTOS, J. V. T. (1985) – “*Revoluções Camponesas na América Latina*” Campinas, Ícone – Ed. Unicamp
- SOJA, Edward (1993) – “*Geografias Pós-Modernas*” Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor
- SUÁREZ, A. (1999) – “*Colombia: justicia y conflicto*” – Rev. América Latina Hoy, n.23, diciembre, Salamanca

TOKATLIAN, J. G. – “*Segurança e Drogas*”
Rev. Contexto Internacional (jan/jul) 1988

URIBE, H. C. & GOMÉZ, I. M. (1987) – “*Guerra sucia, autodefensas, guerrillas y fuerzas armadas*” Rev. Análisis Político n. 2

VELÁSQUEZ, A. V. (1999) – “*Colombia al final del siglo: entre la guerra y la paz*” – Rev. América Latina Hoy, n.23, diciembre, Salamanca

WDR – “*World Drug Report*” (2006)
in: www.unodc.org/unodc/world_drug_report.html (16/3/2007)

ANEXOS

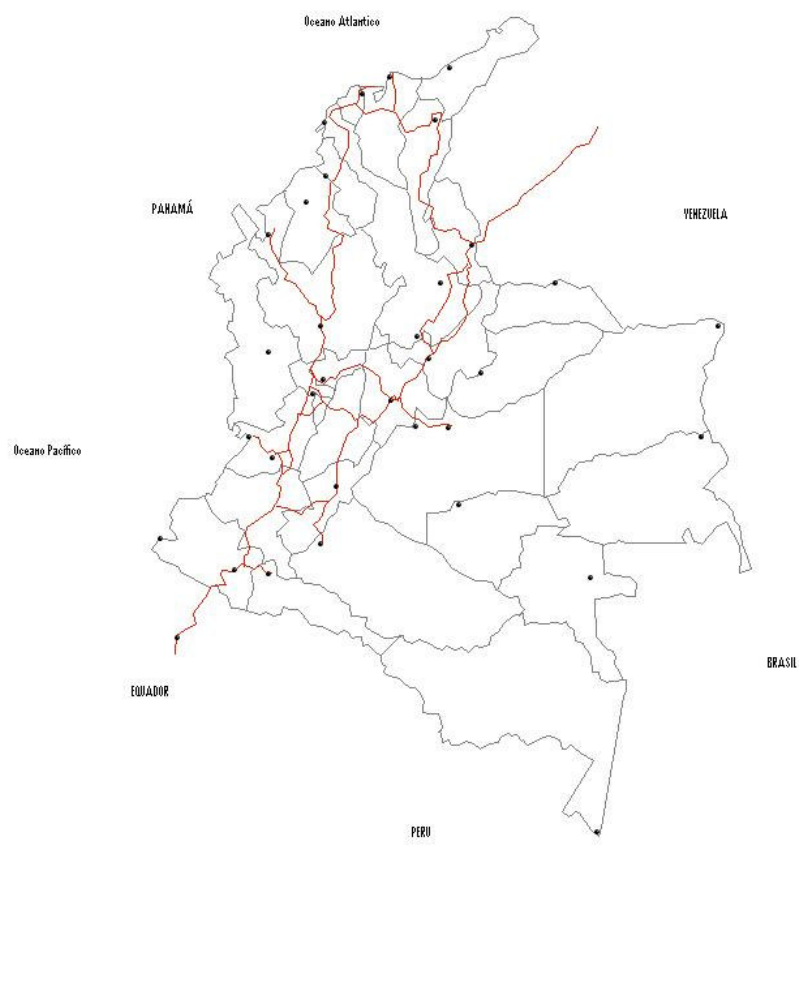
Colômbia Político



Mapa 1: Principais Departamentos Colombianos

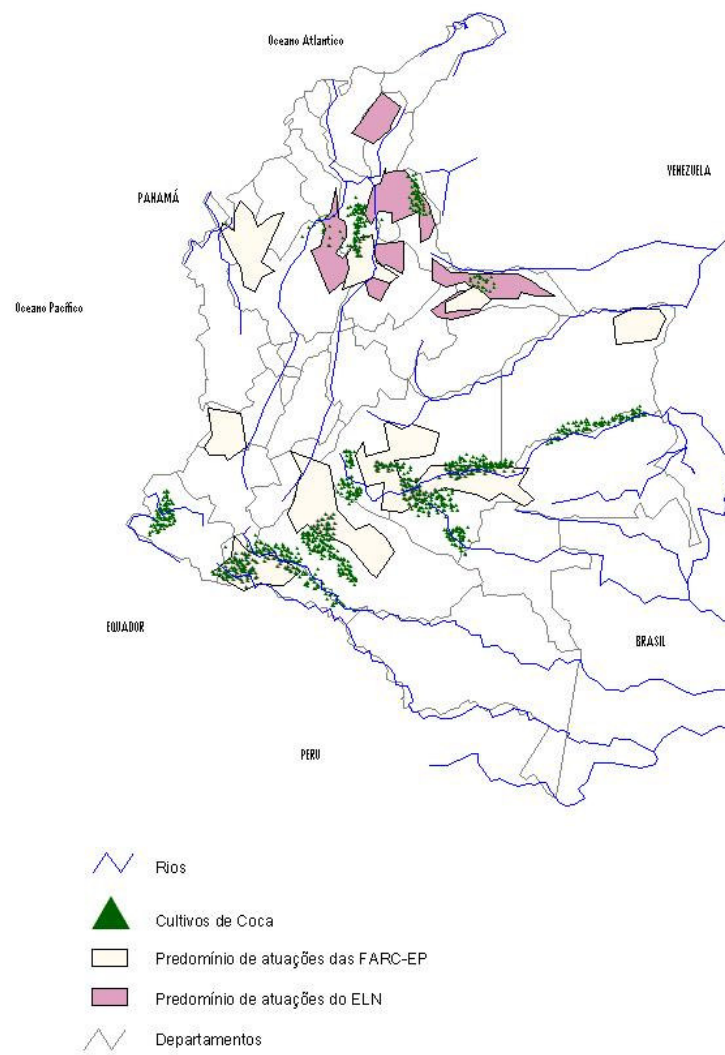


Mapa 2: Malha rodoviária e principais cidades colombianas

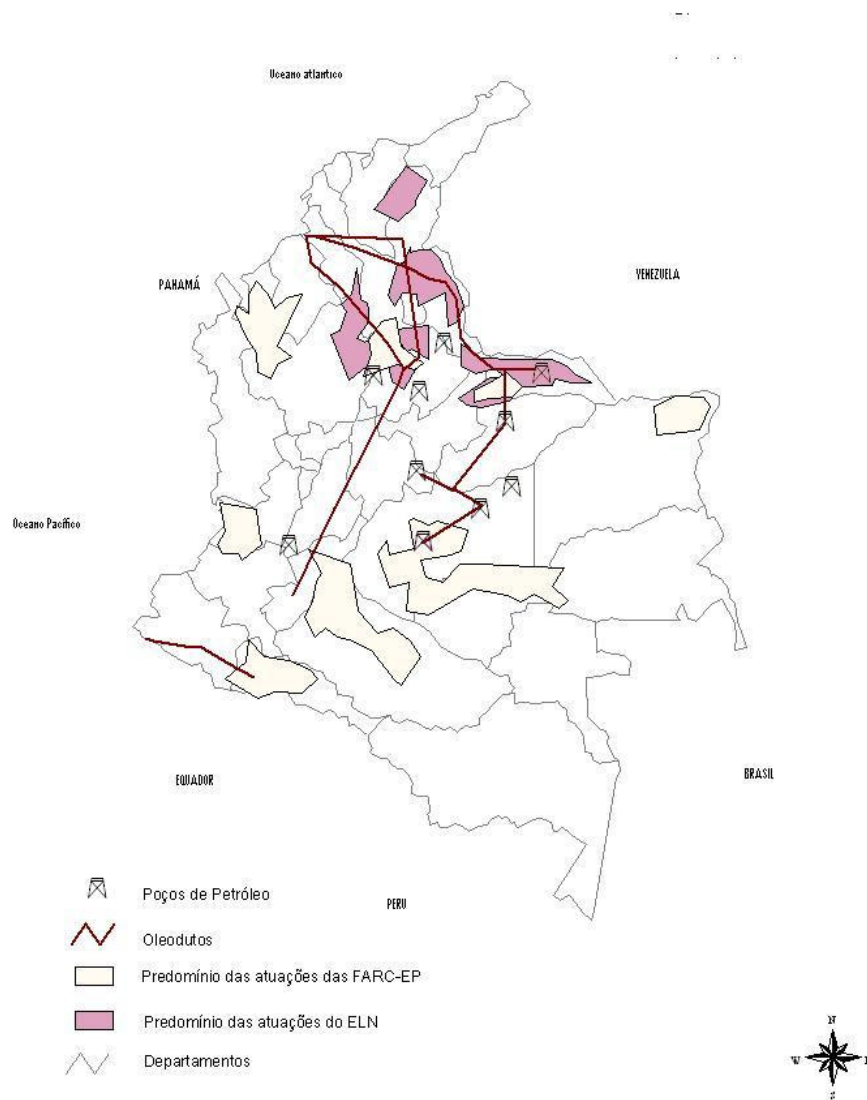


Fonte: Elab. Própria

**Mapa 3: Economia da Coca
e Presença das Guerrilhas**

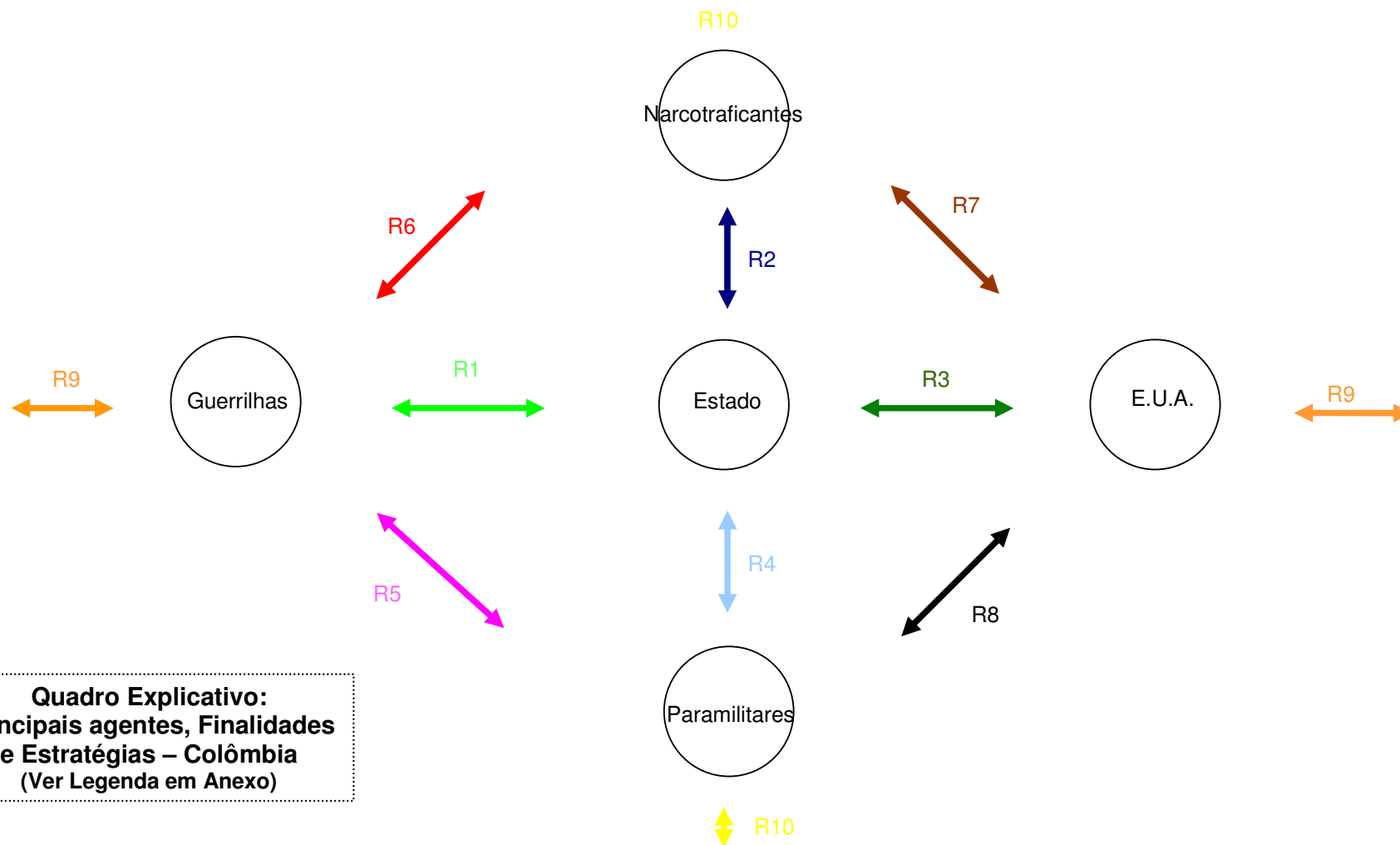


Mapa 4: Economia do Petróleo e Presença das Guerrilhas



Fonte: Elab. Própria com base em dados da ECOPETROL e da Universidade Nacional da Colômbia

PRINCIPAIS AGENTES, RESPECTIVAS FINALIDADES E ESTRATÉGIAS



Enumeradas a seguir as relações (R) entre os principais agentes presentes no território colombiano, com as respectivas finalidades (F) e estratégias empregadas (S);

R1- Estado X Guerrilhas

F (Estado) = Erradicação Político-militar das Guerrilhas

S (Estado) = Guerra de informação, Exército e Forças de Segurança

F (Guerrilhas) = Tomada do Poder em Escalas Diversas

S (Guerrilhas) = Ataques à infraestrutura e forças públicas

R2- Estado X Narcotraficantes

F (Estado) = Diminuir influência e dependência em relação à narcoeconomia / Cortar financiamento guerrilhas

S (Estado) = Repressão pouco efetiva, pressão sobre pequenos produtores

F (Narcotraficantes) = Penetração ap. de Estado e manutenção do comércio ilícito

S (Narcotraficantes) = Rotas de Tráfico, Corrupção, Intimidação de funcionários públicos, Lavagem de Dinheiro

R3- Estado X E.U.A

F (Estado) = Manutenção apoio político militar e financiamento à luta contra-insurgência

S (Estado) = Liberalização Economia, Elevação Tráfico à questão de segurança Nacional, Criminalização das Guerrilhas

F (EUA) = Erradicação político militar das guerrilhas; manutenção do funcionamento das infra-estruturas econômicas.

S (EUA) = Plano Colômbia; Ataque a base econômica das guerrilhas; criminalização dos movimentos

R4- Estado X Paramilitares

F (Estado) = Erradicação das guerrilhas

S (Estado) = Fraca repressão ao paramilitarismo; convivência legal; cumplicidade entre membros do Estado e Paramilitares

F (Paramilitares) = Remuneração; erradicação das Guerrilhas

S (Paramilitares) = Difusão generalizada da violência contra supostos colaboradores e simpatizantes das guerrilhas

R5- Guerrilhas X Paramilitares

F (Guerrilhas) = Manutenção do poder político e espacial

S (Guerrilhas) = Luta Armada (conflito direto, campos minados)

F (Paramilitares) = Erradicação das guerrilhas e tomada do controle dos espaços guerrilheiros

S (Paramilitares) = Luta Armada

R6- Guerrilhas X Narcotraficantes

F (Guerrilhas) = Extração de sustento financeiro/
Obtenção de legitimidade junto aos pequenos produtores

S (Guerrilhas) = Cobrança de Impostos; domínio das
infra-estruturas do tráfico; políticas de proteção ao
pequeno produtor

F (Narcotraficantes) = Erradicação Guerrilhas; remoção
das barreiras à circulação de narcóticos

S (Narcotraficantes) = Financiamento ao Paramilitarismo;
pagamento de tributos de guerra

R7- Narcotraficantes X EUA

F (Narcotraficantes) = Evitar Extradicação; acesso aos
mercados dos EUA

S (Narcotraficantes) = Terceirização da atividade de
distribuição em solo americano aos grupos locais

F (EUA) = Combater excessivo poder político dos cartéis;
evitar fuga de dólares

S (EUA) = Combate aos grandes cartéis; defesa da
extradição dos grandes capos

R8- Paramilitares X EUA

F (Paramilitares) = Manutenção de sua existência, a
despeito da classificação “terrorista”

S (Paramilitares) = Combate às guerrilhas; alinhamento
com interesses de Washington

F (EUA) = Apoio no combate à subversão

S (EUA) = Política de “vista grossa em relação aos
paramilitares e às doações de grandes empresas
americanas a esses grupos

R9- EUA X Guerrilhas

F (EUA) = Erradicação das guerrilhas; diminuição
do domínio guerrilheiro sobre espaços econômicos

S (EUA) = Enquadramento da luta anti-terror;
suporte logístico e financeiro (plano Colômbia) ao
combate às guerrilhas

F (Guerrilhas) = Afastar influencia dos EUA (Anti-
imperialismo)

S (Guerrilhas) = Propaganda anti-imperialista;
ataque aos símbolos do poder dos EUA

R10- Narcotraficantes X Paramilitares

F (Narcotraficantes) = Combate à influencia política
e militar das guerrilhas

S (Narcotraficantes) = Financiamento direto de
exércitos particulares

F (Paramilitares) = Erradicação Guerrilhas

S (Paramilitares) = Luta Armada; Difusão
generalizada da violência contra setores de
esquerda e supostos simpatizantes das guerrilhas